

COMPLEXO
pequeno PRÍNCIPE



BALANÇO

BALANCE SHEET

2020



194.976*

* **Óbitos por COVID-19** no Brasil até 31/12/2020.

Fonte: consórcio de veículos de imprensa, a partir
de dados das secretarias estaduais de Saúde.

2020

DEDICAMOS ESTE RELATÓRIO ÀS
VÍTIMAS DO CORONAVÍRUS E ÀS
FAMÍLIAS ENLUTADAS PELA PANDEMIA.

SÃO PAIS, MÃES, FILHOS, AMIGOS
E AMORES QUE PARTIRAM.

NÓS, QUE AQUI FICAMOS, ESTAMOS
RESISTINDO COM CORAGEM E
CONSTRUINDO O FUTURO COMO
UMA REALIDADE BONITA E POSSÍVEL
PARA TODOS OS BRASILEIROS.

VOCÊS **JAMAIS** SERÃO ESQUECIDOS.



Conhecimento, intuição, planejamento, resiliência e muito trabalho marcaram o nosso ano

Fomos bem no ano que passou, como detalharemos na sequência deste texto e no corpo deste relatório. Mas será suficiente? Para quem tem compromisso com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e percepção aguda da realidade brasileira, a resposta é não. Um sonoro não. Sabemos todos da precarização dos serviços públicos, e isso traz mais responsabilidade ao terceiro setor. Com 101 anos de história e tradição na mobilização social, precisamos – mais do que nunca – da união de todos os setores da sociedade para o enfrentamento das difíceis condições que cercam o ambiente infantojuvenil durante a pandemia.

O ano de 2020, logo em seu início, apresentou-se como um dos mais desafiadores da nossa centenária história. Enfrentar a pandemia que se aproximava nos exigiu muita maturidade profissional e discernimento. Honramos o nosso compromisso com a infância e mantivemos o nosso hospital funcionando com todas as suas 32 especialidades. Cuidamos da saúde física e mental das nossas equipes, oferecendo acolhimento e condições seguras de trabalho. Mantivemos nossos apoiadores mobilizados, pois sabíamos que, mais do que nunca, contar com o apoio da sociedade seria fundamental para o moral de nossas equipes e, por consequência, para a sustentabilidade da nossa instituição.

Do ponto de vista dos atendimentos, embora os números gerais tenham caído aproximadamente 40%, os procedimentos de alta complexidade mantiveram-se praticamente nos mesmos patamares de anos anteriores. Realizamos 247 transplantes com um importante destaque: retomamos o nosso serviço de transplante de fígado, que mesmo em ano de pandemia realizou 15 procedimentos, firmando-se como referência no Paraná.

Nas pesquisas, continuamos avançando nos estudos relacionados às sete linhas que mantemos e somamos a isso 17 novos estudos sobre a COVID-19. Nossos cientistas estão dedicados à busca de novas formas de diagnóstico e terapias que amenizem a grave e crescente crise sanitária na qual estamos mergulhados, além de darem continuidade aos estudos nas linhas de pesquisa existentes.

Na Faculdades Pequeno Príncipe, formamos a primeira turma de Medicina, e os profissionais já estão no mercado, reforçando as equipes de saúde que estão na linha de frente do combate ao coronavírus. Sempre tivemos muito orgulho de formar psicólogos, biomédicos, farmacêuticos e enfermeiros e de contribuir para a melhoria da saúde da comunidade. No início da pandemia, no primeiro semestre, inúmeras medidas foram

tomadas para manter o padrão qualitativo do ensino, visando também a evitar a evasão e a inadimplência. Muito rapidamente foram iniciadas as aulas remotas. Os resultados obtidos em todas as frentes foram muito bons. A geração de caixa proporcionada pela atividade de ensino é determinante para o resultado do Complexo. Os recursos estão sendo disciplinadamente reservados para o nosso projeto de expansão estrutural, o projeto Pequeno Príncipe Norte.

Com relação aos resultados financeiros na pesquisa e assistência, tivemos um déficit de R\$ 9 milhões no Instituto de Pesquisa Pelé Pequeno Príncipe e de R\$ 28,5 milhões no Hospital, totalizando R\$ 37,5 milhões. A nossa receita relativa a atendimentos por convênios teve uma queda de 20%. É uma redução considerável que só não teve impacto maior na nossa instituição em função de uma louvável iniciativa do deputado federal gaúcho Pedro Westphalen, que propôs um projeto de lei que permitiu aos hospitais que atendem o Sistema Único de Saúde (SUS) receber em 2020 pela média de atendimentos realizados no ano anterior. Essa medida, associada à queda de atendimentos provocada pela suspensão temporária de novas consultas, determinada pelas autoridades de saúde, resultou em um aumento de 14% nas receitas do SUS, pois os atendimentos de alta complexidade são pagos por procedimento (fee-for-service) e eles foram mantidos. No composto do ano, tivemos uma redução de receita da ordem de 6%, e nos custos diretos da assistência, 8%. Na combinação entre as receitas e os custos, podemos afirmar que o ano de 2020 na assistência se demonstrou melhor do que nossas expectativas e projeções iniciais.

Por outro lado, e usando recursos captados em anos anteriores, conseguimos investir cerca de R\$ 19 milhões em obras e aquisição de bens permanentes. Ainda, usamos R\$ 28,6 milhões em materiais de consumo dedicados à manutenção do nosso Hospital, custeio das nossas pesquisas e treinamento e qualificação de profissionais. Esses

recursos vieram do apoio de empresas, pessoas físicas e órgãos públicos, sensibilizados com a causa que defendemos.

Os investimentos, ao longo dos anos, estão permitindo-nos criar uma nova realidade de atendimento, baseada na excelência, na inovação e na compaixão, princípios que nos movem desde a nossa fundação. Temos muito orgulho de dizer que, em 2020, 74% dos nossos investidores renovaram o apoio à nossa causa.

Mas no ano que passou, algumas questões merecem destaque.

A primeira é a experiência de muitos profissionais de nosso corpo clínico e da direção dos braços operacionais, notadamente do Hospital, local mais sensível em relação aos efeitos da pandemia. Por conta disso, a menção da maturidade profissional na abertura deste texto. A primeira reunião sobre a pandemia ocorreu por iniciativa do Serviço de Epidemiologia e Controle de Infecção Hospitalar (SECIH) ainda no mês de janeiro. Já o primeiro encontro a respeito das possíveis consequências operacionais da crise sanitária foi realizado no início de fevereiro. À medida que a organização começou a refletir sobre sua preservação, as providências preventivas foram planejadas e voltadas para a proteção de colaboradores, médicos e, principalmente, nossos pacientes e suas famílias. Em março, quando a pandemia foi decretada, já tínhamos iniciado os treinamentos de pessoal (das recepcionistas e seguranças até as equipes de assistência) e colocado as ordens de compra de materiais para reforço de nossos estoques dos itens considerados críticos (material de assepsia, equipamentos de proteção individual e drogas de sedação, por exemplo). Enquanto isso, mergulhávamos na construção de protocolos que tivessem como foco o atendimento e a demanda que não iriam parar (como alta complexidade, emergências e nelas o Centro Cirúrgico e enfermarias específicas para a COVID-19), trazendo novas necessidades na gestão de risco por conta do vírus.

Todas as medidas foram muito acertadas e trouxeram bons resultados, enquanto novas demandas surgiram. Uma delas – e que vale menção – foi que os pacientes vítimas da COVID-19 internados em UTI precisariam ficar isolados, sem acompanhamento de uma referência emocional. Essa determinação legal foi discutida com base em nossa experiência na humanização do atendimento, com muitas décadas de tradição. Decidimos pela construção de novos protocolos, bastante rigorosos, e os implantamos com sucesso. Nossos pequenos pacientes, já acometidos por grave doença, não poderiam ficar sem o necessário conforto emocional proporcionado pela companhia de um familiar. Nossa experiência mostra que a presença deste sentimento, o amor, é fundamental para a recuperação de qualquer paciente, notadamente o pediátrico.

Uma outra ação importante foi a criação do Observatório COVID-19, para registrar de forma estruturada tudo o que aconteceu. Esse repositório de informações de todas as áreas será uma

importante fonte de consulta para nosso planejamento e também caso questão semelhante se apresente no futuro.

Do ponto de vista operacional, nosso maior problema foi o afastamento de um grande número de colaboradores, que pertenciam a grupos de risco, simultaneamente ao atendimento e testagem daqueles que apresentassem sintomas e que precisassem ficar em isolamento até que soubermos se estavam ou não contaminados. No início da pandemia, e por conta disso, chegamos a ter 200 colaboradores afastados. Muita gente. Força de trabalho indispensável que exigiu reação imediata de três setores: nosso laboratório, nossa equipe de Medicina do Trabalho e a Direção de Enfermagem. No início, um dos laboratórios privados da cidade nos oferecia o resultado do teste RT-PCR em três dias úteis, enquanto que para hospitais que atendem o SUS o laboratório público pedia dez dias. Decidimos pelo uso de nosso Laboratório Genômico para fazer o teste e paulatinamente viemos baixando o tempo de confirmação do resultado. Hoje, conseguimos apresentar o laudo no mesmo dia. Por outro lado, evoluímos muito na correta percepção da necessidade de afastamento e também no acompanhamento no domicílio do colaborador em caso de confirmação da doença. Sentimos a necessidade desse cuidado extra, que foi muito bem aceito pelos nossos colaboradores e suas famílias.

Enquanto isso, a gestão da enfermagem diariamente fazia remanejamentos, situação muito difícil se lembrarmos que somos referência nacional em diversas patologias complexas. Esse combinado funcionou muito bem e continuamente fomos diminuindo o quantitativo de afastados e dominando a situação. No fim do ano de 2020, a média de afastamentos estava em 30 colaboradores.

No agregado de gestão de suprimentos, treinamento de pessoal, medicina do trabalho, laboratório, gestão de enfermagem, processos de comunicação com o público interno e externo, entre muitos outros, podemos afirmar que trou-



xemos ao corpo médico a segurança necessária para a aplicação dos seus conhecimentos em benefício de nossos pacientes.

Em 2020, passamos por um teste excepcionalmente difícil, enquanto os investimentos em nossos projetos de futuro – como a telemedicina e o projeto Pequeno Príncipe Norte – foram mantidos.

Na Faculdades, o ambiente oxigenado pela curiosidade dos estudantes circunstancialmente mudou por completo. Tudo continuou, mas corredores e salas de aula ficaram vazios. Já no centenário Hospital Pequeno Príncipe, tudo ficou muito diferente do que temos em nossa história e memória. No tradicional e antes da pandemia, alunos voluntários e pacientes com familiares circulavam pelos espaços trazendo cores, sons e muito movimento e alegria. Somos um espaço de ensino e pesquisa que sempre estimulou as crianças e os seus acompanhantes – sempre que possível – a circularem pelos ambientes criados para recebê-los. Isso mudou totalmente no ano passado, e os lugares ficaram vazios dessa “potência” que criamos e sustentamos por tanto tempo.

Mas vamos pensar no futuro. Iniciamos na prática o exercício da telemedicina em 2016, explorando internamente o conceito de telepresença. O desafio é fazer o conhecimento individual ou coletivo ir mais longe e chegar a quem precisa de acesso à saúde, contando com o apoio da tecnologia. A população mais vulnerável precisa ganhar atenção e beneficiar-se com esses avanços, e assumimos esse compromisso. Da mesma forma, não podemos deixar de dar atenção às nossas relações com o meio ambiente. Para o ano de 2021 que se inicia, além de tudo o que já fazemos, precisamos fazer ainda mais e melhor, sempre alinhados com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável definidos pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Para 2021, temos um enorme desafio especificamente no Hospital, unidade operacional mais antiga e de maior visibilidade do Complexo Pe-



queno Príncipe. A continuidade da pandemia mostra que entraremos num segundo ano, no qual nossa epidemiologia será completamente diferente das séries históricas que conhecemos e incorporamos no dia a dia e no planejamento dos nossos gestores e corpo clínico. Temos uma situação nova com uma estrutura dimensionada para números assistenciais significativamente menores. E isso em ambiente econômico no qual os convênios privados tendem a ser ainda mais restritivos. O combinado traz a necessidade de revisão em nosso planejamento, o que sempre é bastante complexo. Tempos difíceis pela frente.

Em nosso interior mais profundo, desejamos que a nossa cidade, nosso estado e nosso país consigam a necessária união para superar a crise sanitária, econômica, social e moral o mais rapidamente possível. Temos a convicção de que o nosso esforço em 2020 contribuiu muito para isso.

A você, que mais uma vez esteve ao nosso lado, um obrigado muito especial. Você nos ajuda a fazer a diferença em nossa comunidade e na vida de milhares de crianças e adolescentes.

José Álvaro da Silva Carneiro

Diretor corporativo do Complexo
Pequeno Príncipe

**BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(EM REAIS)**

ATIVO

	Nota	2020	2019
CIRCULANTE		135.634.311	111.882.203
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	20.583.004	10.781.368
Aplicações Financeiras	5	40.476.099	24.362.790
Contas a Receber de Clientes	6	<u>19.230.166</u>	<u>24.570.506</u>
Clientes Serviços Hospitalares		17.496.574	22.112.997
Clientes com Vacinas		565.392	938.816
Clientes com Educação		3.965.762	5.098.500
(-)Provisão Para Crédito de Liquidação Duvidosa		(2.797.562)	(3.579.807)
Recursos de Convênios a Realizar	7	38.391.538	41.295.954
Estoques	8	14.806.524	8.922.292
Outros Créditos	9	2.132.503	1.932.078
Despesas do Exercício Seguinte		14.477	17.215
NÃO CIRCULANTE		156.320.025	133.416.901
Realizável em Longo Prazo			
Outros Créditos	9	478.566	354.175
Investimentos	10	429.216	525.716
Direito de uso	11.1	11.118.387	-
Imobilizado	12	<u>144.010.181</u>	<u>132.292.164</u>
Imobilizado – Custo		200.946.289	181.790.442
Depreciação Acumulada		(56.936.108)	(49.498.278)
Intangível	13	<u>283.675</u>	<u>244.846</u>
Intangível – Custo		2.828.721	2.700.628
Amortização Acumulada		(2.545.046)	(2.455.782)
TOTAL DO ATIVO		291.954.336	245.299.104

"As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis."

**BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(EM REAIS)**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	2020	2019
CIRCULANTE		75.607.779	82.863.734
Fornecedores	14	11.282.445	11.043.835
Empréstimos Bancários	15	1.501.620	9.165.726
Obrigações Sociais	16	18.384.201	19.640.530
Obrigações Fiscais		1.654.316	1.231.592
Recursos de Subvenções a Executar	7	38.391.538	41.295.954
Passivo de Arrendamento	11.2	2.921.958	-
Receitas Diferidas	17	515.000	-
Outras Obrigações		956.701	486.097
NÃO CIRCULANTE		41.223.884	25.890.382
Empréstimos Bancários	15	4.498.380	-
Obrigações Fiscais		672.028	-
Passivo de Arrendamento	11.2	8.558.957	-
Receitas Diferidas	17	2.518.333	-
Provisões para Contingências	18	24.976.186	25.890.382
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	19	175.122.673	136.544.988
Patrimônio Social		96.003.417	35.953.245
Ajuste de Avaliação Patrimonial		39.855.085	40.541.572
Superávit Acumulado		39.264.171	60.050.171
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		291.954.336	245.299.104

"As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis."

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS
ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO (EM REAIS)**

	Nota	2020	2019
Receita Operacional Bruta		303.526.154	295.185.052
Receitas da Área de Saúde		<u>181.478.515</u>	<u>187.768.094</u>
Sistema Único de Saúde – SUS		75.701.453	66.329.803
Convênios		100.118.425	118.026.454
Particulares		5.658.637	3.411.837
Receitas da Área de Educação		<u>65.124.873</u>	<u>56.085.500</u>
Mensalidades		64.423.508	54.276.858
Outras Receitas		701.365	1.808.642
Utilização de Recursos Captados	20.1	<u>56.922.766</u>	<u>51.331.458</u>
Subvenções Sociais		32.214.641	30.629.523
Campanhas Iniciativa Privada		24.708.125	20.701.935
(-)Deduções da Receita		(19.050.211)	(13.767.899)
Glosas de Convênios	21	(2.780.646)	(3.415.439)
Gratuidades Concedidas	25.2	(9.988.691)	(8.510.217)
Bolsas de Estudo		(6.280.874)	(1.842.243)
Receita Operacional Líquida	20	284.475.943	281.417.153
(-) Custo dos Serviços Prestados		(158.944.176)	(167.197.699)
Custo da Área de Saúde		(134.454.116)	(140.831.999)
Custo da Área de Educação		(18.856.860)	(18.389.980)
Custo da Área de Pesquisa		(5.633.200)	(7.975.720)
Lucro Bruto		125.531.767	114.219.454
Despesas Operacionais		(87.357.803)	(88.266.815)
Despesas com Pessoal		(60.209.355)	(55.273.145)
Despesas Administrativas Gerais	22.1	(31.810.821)	(36.504.554)
Despesas com Impostos e Contribuições	26	(58.027.387)	(55.023.308)
Isenções Usufruídas	26	58.027.387	55.023.308
Outras Receitas/(Despesas)	22.2	4.662.373	3.510.884
Superávit antes das Receitas e Despesas Financeiras		38.173.964	25.952.639
Receitas Financeiras	23	1.923.617	2.859.124
Despesas Financeiras	23	(1.519.896)	(1.621.466)
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO		38.577.685	27.190.297

"As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis."

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS (EM REAIS)

	Patrimônio Social	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Superávit/(Déficit) Acumulado	Superávit à Disposição da Assembleia	Patrimônio Líquido Total
Em 31 de dezembro de 2018	35.953.245	41.228.059	-	32.173.387	109.354.691
Realização do Custo Atribuído	-	(686.487)	686.487	-	-
Superávit do Exercício	-	-	27.190.297	-	27.190.297
Superávit à Disposição da Assembleia Geral para Destinação	-	-	(27.876.784)	27.876.784	-
Em 31 de dezembro de 2019	35.953.245	40.541.572	-	60.050.171	136.544.988
Incorporação do Superávit ao Patrimônio Social	60.050.172	-	-	(60.050.172)	-
Realização do Custo Atribuído	-	(686.487)	686.487	-	-
Superávit do Exercício	-	-	38.577.685	-	38.577.685
Superávit à Disposição da Assembleia Geral para Destinação	-	-	(39.264.172)	39.264.172	-
Em 31 de dezembro de 2020	96.003.417	39.855.085	-	39.264.171	175.122.673

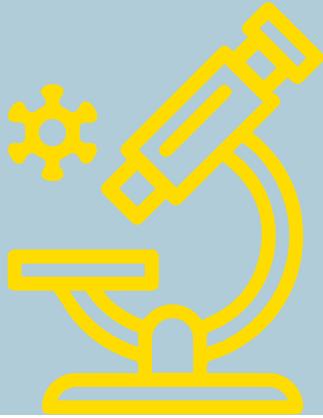
"As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis."



**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS
ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020**
MÉTODO INDIRETO
(EM REAIS)

	2020	2019
DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit / Deficit do Exercício	38.577.685	27.190.297
Ajustados por:		
Depreciação e Amortização	8.036.439	6.418.122
Provisões para Contingências	(914.196)	1.715.301
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(782.245)	870.403
Depreciação de Direitos de Uso	2.268.650	-
AVP Passivo de Arrendamento	765.319	-
Superávit / Deficit do Exercício	47.951.652	36.194.123
Contas a Receber de Clientes	6.122.585	(6.828.917)
Estoques	(5.884.232)	(2.690.316)
Recursos de Convênios a Realizar	2.904.416	14.730.837
Outros Créditos	(322.078)	(758.967)
Aumento ou Diminuição do Ativo	2.820.691	4.452.637
Fornecedores	238.610	1.520.311
Obrigações Sociais	(1.256.329)	3.060.736
Obrigações Fiscais	1.094.752	(1.947)
Recursos de Subvenções a Realizar	(2.904.416)	(13.840.988)
Receitas Diferidas	3.033.333	-
Passivo de Arrendamento	(2.671.441)	-
Outras Obrigações	470.604	31.952
Aumento ou (Diminuição) do Passivo	(1.994.887)	(9.229.936)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	51.448.897	31.416.824
DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Operações com Aplicações Financeiras	(16.113.309)	(12.920.307)
Aumento de Ativo Imobilizado/Intangível/Investimentos	(20.747.725)	(17.446.068)
Valor da Baixa do Ativo Imobilizado/Intangível/Investimentos	1.050.940	723.518
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Investimentos	(35.810.094)	(29.642.857)
DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Operações com Empréstimos Bancários	(3.165.726)	2.161.414
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Financiamentos	(5.837.167)	2.161.414
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	9.801.636	3.935.381
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	10.781.368	6.845.987
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	20.583.004	10.781.368

"As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis."



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA DR. RAUL CARNEIRO é uma instituição civil de direito privado, sem fins lucrativos, de utilidade pública, e está registrada no CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – sob o nº 76.591.569/0001-30. Está sediada na cidade de Curitiba (PR), Av. Iguaçu, nº 1.472, Água Verde, fundada em 18 de agosto de 1956, destinada a promover a assistência em saúde a crianças e adolescentes com idades de 0 a 18 anos, por meio da assistência, do ensino e da pesquisa, e ainda da assistência social benéfica, promovendo a oferta desses serviços de forma a cumprir as regras que classificam a instituição como filantrópica e, dessa forma, isentando-a de tributos. Cabe ressaltar que na prestação de serviços de assistência em saúde a organização oferece até 70% (setenta por cento) de sua força de trabalho ao SUS (Sistema Único de Saúde), fechando o exercício acima de 60% (sessenta por cento), que é o mínimo exigido por lei.

No processo de atendimento do Hospital Pequeno Príncipe nos últimos anos, os números

dos atendimentos ambulatoriais, internamentos e cirurgias apresentaram pouca variação, porém aumentaram em sua complexidade. Em 2020, os indicadores de produção assistencial caíram em média 40%.

As fontes de receitas são os serviços de saúde prestados pelo Hospital Pequeno Príncipe, Centro de Vacinas, de serviços de educação prestados pela Faculdades Pequeno Príncipe, bem como as doações e subvenções e os convênios associados a projetos científicos do Instituto de Pesquisa Pelé Pequeno Príncipe e demais unidades do Complexo. Todas as receitas são integralmente aplicadas na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais. São unidades mantidas pela Associação Hospitalar de Proteção à Infância Dr. Raul Carneiro, mantenedora do Complexo Pequeno Príncipe:

- » Hospital Pequeno Príncipe (que incorpora o antigo Hospital de Crianças Cesar Pernetta);
- » Faculdades Pequeno Príncipe;
- » Instituto de Pesquisa Pelé Pequeno Príncipe; e
- » Centro de Vacinas Pequeno Príncipe.

Para gozar a isenção das contribuições sociais, a entidade possui o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na Área de Saúde (CEBAS), que é renovado a cada três anos pelo Ministério da Saúde (ouvido o Ministério da Educação para as especialidades da Faculdades), sendo que o último CEBAS obtido pela entidade possui validade para o período de 1º/1/2016 a 31/12/2018. A entidade solicitou a renovação para os exercícios subsequentes, nos prazos determinados, ao Ministério da Saúde, e está no aguardo de seu deferimento.

A emissão destas demonstrações contábeis foi autorizada pela administração em 30 de abril de 2021.

NOTA 2 – BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, pronunciamentos emitidos pelo CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) e aprovados pelo CFC (Conselho Federal de Contabilidade), e também de acordo com a ITG 2002 (R1), entidade sem finalidade de lucro.

Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a entidade elaborava e apresentava suas demonstrações de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 R1); e, por ultrapassar os limites dessa norma, adotou a aplicação integral das normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) – IFRS Full para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Os impactos resultantes dessa mudança de prática contábil se referem à mensuração e conta-

bilização dos direitos de uso (ativo) e passivo de arrendamento (passivo), além das divulgações adicionais nestas notas explicativas.

NOTA 3 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 Classificação de itens circulantes e não circulantes

No balanço patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes, e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

3.2 Compensação entre contas

Como regra geral, nas demonstrações contábeis, nem ativos nem passivos ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e essa compensação reflete a essência da transação.

3.3 Instrumentos financeiros

A instituição classifica seus ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

a. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

São ativos financeiros mantidos dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja mantê-los para recebimentos de fluxos de caixa contratuais. Os termos contratuais dos ativos financeiros tiveram origem, em datas especificadas, de fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

b. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

São ativos financeiros mantidos dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros, e que os termos contratuais do ativo financeiro tiverem origem, em datas especificadas, de fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

c. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros são mensurados ao valor justo por meio do resultado, a menos que sejam mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda em curto prazo. Os ativos financeiros dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação-data, na qual a instituição se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo custo amortizado. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a instituição se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a instituição tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo.

Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado no período em que ocorrem.

a. Desreconhecimento (baixa) dos instrumentos financeiros.

Um instrumento financeiro é baixado quando:

- » os direitos de receber fluxos de caixa do ativo financeiro expiram;
- » transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo financeiro ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo; e
- » um passivo financeiro é baixado quando a obrigação é revogada, cancelada ou expira. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração será tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

3.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em poder da entidade, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediata. Em decorrência de decisões internas, fundos com aplicações financeiras

podem ter destinação específica, em consonância com o planejamento estratégico e sistema de governança.

3.5 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da entidade.

As contas a receber de clientes, inicialmente, são reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para perdas por redução ao valor recuperável (perdas no recebimento de créditos). Normalmente na prática são reconhecidas ao valor faturado ajustado a valor presente se relevante e ajustado pela provisão para perdas por redução ao valor recuperável se necessária.

3.6 Recursos de convênios a realizar/subvenções a executar

Os recursos de convênios a realizar são reconhecidos inicialmente a débito no ativo circulante na conta de recursos de convênios a realizar, e a crédito no passivo circulante na conta de recursos de subvenções a executar, e subsequentemente são reconhecidos na demonstração do resultado à medida que são efetuados os gastos dos atendimentos dos convênios.

3.7 Estoques

Os estoques estão registrados pelo menor valor entre o custo e o valor recuperável. O custo é determinado usando o método do custo médio.

3.8 Investimentos

Os investimentos em obras de artes são avaliados pelo método de custo e submetidos ao teste de recuperabilidade (impairment), sendo reduzidos ao valor recuperável quando aplicável. Resalte-se a formação de acervo vinculado a Edson Arantes do Nascimento, o Pelé, e os trabalhos visando à sua conservação.

3.9 Arrendamentos

3.9.1 Direito de uso

O custo do ativo de direito de uso corresponde ao valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, mais os custos diretos iniciais incorridos, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos.

A depreciação é calculada pelo método linear desde a data de início do contrato até o que ocorrer primeiro entre o fim da vida útil do ativo de direito de uso e o fim do prazo de arrendamento.

3.9.2 Passivos de arrendamento

A mensuração das operações de arrendamento corresponde ao total dos pagamentos futuros de aluguéis fixos, conforme período previsto no contrato firmado entre o arrendador e a entidade. Esses fluxos de pagamento são ajustados a valor presente, considerando a taxa de empréstimo incremental.

Os encargos financeiros são apropriados com base na taxa de empréstimo incremental, de acordo com o prazo remanescente dos contratos.

3.10 Imobilizado

Os itens do imobilizado são apresentados pelo custo histórico menos depreciação. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é calculada pelo método linear e leva em consideração a vida útil econômica dos

bens. A vida útil econômica dos bens é revisada periodicamente com o objetivo de adequar as taxas de depreciação.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado se este for maior que seu valor recuperável estimado.

3.11 Intangível

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados.

A amortização é calculada pelo método linear e leva em consideração a vida útil econômica das licenças de software. A vida útil econômica é revisada periodicamente com o objetivo de adequar as taxas de amortização.

3.12 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação são revisados para a verificação de perdas por redução ao valor recuperável sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o maior valor entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (unidades geradoras de caixa – UGCs). Os ativos não financeiros que tenham sofrido perdas ao valor recuperável são revisados para a análise de uma possível reversão da perda na data de apresentação das demonstrações contábeis.

3.13 Contas a pagar a fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a quitar por bens ou serviços que foram ad-

quiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada a valor presente, quando o efeito for relevante.

3.14 Empréstimos bancários

Os empréstimos bancários são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

3.15 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a entidade tem uma obrigação na data das demonstrações contábeis como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja exigida para liquidar a obrigação; e o valor foi estimado de maneira adequada e seguindo preceitos legais.

As provisões são mensuradas pela melhor estimativa do valor exigido para liquidar a obrigação na data das demonstrações contábeis. Quando o efeito do valor do dinheiro no tempo é material, o valor da provisão é o valor presente do desembolso que se espera que seja exigido para liquidar a obrigação.

3.16 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas, observando o princípio da oportunidade.

3.17 Reconhecimento da receita de serviços

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação

de serviços no curso normal das atividades da entidade. A receita é apresentada líquida dos abatimentos e descontos.

A entidade atua na prestação de serviços de assistência à saúde no Hospital Pequeno Príncipe e no Centro de Vacinas, de serviços de educação prestados pela Faculdades Pequeno Príncipe e doações e taxas oriundas de recursos de pessoas físicas e jurídicas, bem como subvenções concedidas pelo poder público de caráter assistencial e sem fins lucrativos.

O reconhecimento da receita ocorre à medida que os serviços hospitalares e educacionais são realizados ao seu paciente/estudante, ou seja, quando a entidade já cumpriu a obrigação de desempenho firmada com o cliente, e já houve a transferência de controle ao cliente, juntamente com o surgimento do direito de receber qualquer contraprestação em troca dos bens ou serviços prestados.

A entidade reconhece a receita quando é possível atender aos critérios:

- (i) identificar o contrato com o cliente;
- (ii) identificar as obrigações de desempenho no contrato;
- (iii) determinar o preço das transações;
- (iv) alocar o preço da transação às obrigações de desempenho; e
- (v) reconhecer a receita quando cumpridas as obrigações de desempenho.

3.18 Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- (i) no mercado principal para o ativo ou passivo; e
- (ii) na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível para a entidade.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;

Nível 2 – técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e

Nível 3 – técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para fins de divulgação do valor justo, a entidade determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo, e nível da hierarquia do valor justo, conforme explicado acima. As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas.

3.19 Julgamento e uso de estimativas contábeis

A preparação de demonstrações contábeis requer que a administração da entidade se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações contábeis. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações contábeis são:

- A) créditos de liquidação duvidosa que são inicialmente provisionados e posteriormente lançados para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação;
- B) valor recuperável dos estoques e ativos imobilizados e intangíveis;
- C) vida útil e valor residual dos imobilizados e intangíveis;
- D) passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto a assessoria jurídica da entidade; e
- E) taxas e prazos aplicados na determinação do ajuste a valor presente de certos ativos e passivos.

NOTA 4 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

		2020	2019
Caixa		28.752	9.492
Bancos Conta Movimento		1.108.235	2.681.991
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata (*)		19.446.017	8.089.885
TOTAL		20.583.004	10.781.368
<hr/>		<hr/>	
(*)	Rendimento	2020	2019
Banco Bradesco	97% a 100% do CDI	2.339.969	590.293
Banco do Brasil	100% do CDI	4.622.882	90.008
Banco Itaú	99% a 100% do CDI	1.236.762	-
Banco Safra	100% a 101% do CDI	6.437.440	5.368.945
Banco Santander	83% a 100% do CDI	3.248.715	792.331
Paraná Banco	113% do CDI	503.770	-
XP Investimentos	100% a 112% do CDI	1.056.479	1.248.308
TOTAL DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS		19.446.017	8.089.885

NOTA 5 – APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	2020	2019
Aplicações financeiras (*)	40.476.099	24.362.790
TOTAL	40.476.099	24.362.790

(*)	Rendimento	2020	2019
Banco Safra	101% do CDI	8.829.399	8.581.220
Banco Santander	102% do CDI	31.646.700	15.781.570
TOTAL DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS		40.476.099	24.362.790

O saldo das aplicações financeiras ora apresentado foi constituído para atender ao disposto no art. 11 do Capítulo IV dos estatutos da Associação, que determina a constituição de um fundo formado pela poupança compulsória de no mínimo 1% das receitas oriundas dos serviços prestados pelas suas unidades operacionais, cujo objetivo é assegurar a perpetuidade da causa expressa no seu objeto e, com autorização de uso expressa do Conselho Superior e da Assembleia, parcela dos recursos pou- pados poder ser destinada para investimentos em novas frentes de atuação, como a implantação do Complexo Hospitalar de Ensino e Pesquisa Pequeno Príncipe Norte (PPNorte), em terreno no bairro Bacacheri, contínuo à área da Base Aérea/Cindacta II.

NOTA 6 – CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	2020	2019
Clientes de Serviços Hospitalares	17.496.574	22.112.997
Clientes com Vacina	565.392	938.816
Clientes com Educação	3.965.762	5.098.500
Provisão para Perdas	(2.797.562)	(3.579.807)
TOTAL	19.230.166	24.570.506

Contas a Receber por Tipo de Moeda

REAIS (R\$) **19.230.166** **24.570.506**



NOTA 7 – RECURSOS DE CONVÊNIOS A REALIZAR (ATIVO)/ RECURSOS DE SUBVENÇÕES A EXECUTAR (PASSIVO)

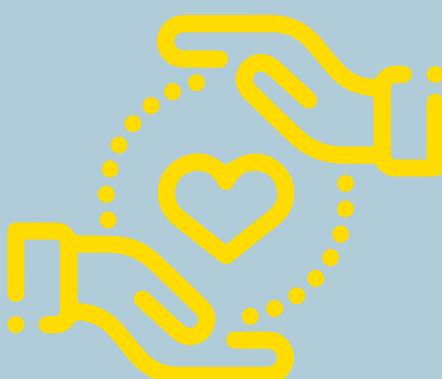
Referem-se a recursos relativos a emendas parlamentares, repasses e convênios governamentais e projetos de incentivo fiscal, como o FIA (Fundo para Infância e Adolescência), Pronon (Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica), Pronas (Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência) e ainda doações de empresas e pessoas físicas. Do montante de R\$ 38.391.538 (trinta e oito milhões, trezentos e noventa e um mil e quinhentos e trinta e oito reais), resultado de grande e organizado esforço de captação na comunidade (pessoas físicas e jurídicas) e órgãos governamentais, R\$ 9.597.884 (nove milhões, quinhentos e noventa e sete mil e oitocentos e oitenta e quatro reais), equivalentes a 25%, serão aplicados em investimentos de modernização das edificações e aquisição de equipamentos, e R\$ 28.793.654 (vinte e oito milhões, setecentos e noventa e três mil e seiscentos e cinquenta e quatro reais), equivalentes a 75%, serão aplicados em manutenção das instalações, aquisição de medicamentos (principalmente os de alto custo), materiais especiais e outros itens de consumo hospitalar, e em custeio de mão de obra especializada, notadamente no Instituto de Pesquisa.

Esclarecemos que o uso dos recursos captados deverá ocorrer conforme o plano de aplicação de cada projeto de captação e/ou convênio. Todos esses projetos têm planos de aplicação específicos e são objeto de auditorias contínuas e rigorosa prestação de contas.

NOTA 8 – ESTOQUES

	2020	2019
Farmácia Central	10.973.288	5.515.982
Vacinas	895.215	1.527.274
Almoxarifado Central	916.495	445.053
Materiais Laboratório e Pesquisa (*)	1.916.873	1.141.800
Manutenção	64.442	57.044
Outros Materiais	40.211	235.139
TOTAL	14.806.524	8.922.292

(*) Referem-se a materiais utilizados em pesquisas (IPPPP – Instituto de Pesquisa Pelé Pequeno Príncipe) e de uso do laboratório de análises clínicas.



NOTA 9 – OUTROS CRÉDITOS

	2020	2019
Adiantamento para Empregados	319.073	410.319
Adiantamento a Fornecedores	475.932	419.565
Associação Eunice Weaver – AEW	1.141.491	940.554
Despesas Antecipadas com Congressos	478.566	354.175
Outros Créditos a Receber	196.007	161.670
TOTAL	2.611.069	2.286.253
Ativo Circulante	2.132.503	1.932.078
Ativo Não Circulante	478.566	354.175
TOTAL	2.611.069	2.286.253

NOTA 10 – INVESTIMENTOS

	Obras de Arte	Participação Societária (*)	Total
Em 31 de dezembro de 2019			
Custo	21.525	100.000	121.525
Valor Líquido Contábil	21.525	100.000	121.525
Adições	404.191	-	404.191
SALDO FINAL	425.716	100.000	525.716
Em 31 de dezembro de 2020			
Custo	425.716	100.000	525.716
Valor Líquido Contábil	425.716	100.000	525.716
Adições	3.500	-	3.500
Baixas	-	(100.000)	(100.000)
SALDO FINAL	429.216	-	429.216

(*) A entidade efetuou a baixa do investimento na Organização em Saúde Pequeno Príncipe, que é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), a qual não possui quadro societário. O valor repassado se caracteriza como doação a essa entidade.



NOTA 11 – ARRENDAMENTO

11.1 Direito de Uso

Direito de uso	Arrendamentos (*)	Total
Prazo médio de vigência dos contratos/vida útil (anos)	1 a 5	
Saldos em 31 de dezembro de 2019	-	-
Adoção inicial CPC 06	13.387.037	13.387.037
Saldos em 1º de janeiro de 2020	13.387.037	13.387.037
Depreciações	(2.268.650)	(2.268.650)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	11.118.387	11.118.387

(*) Os arrendamentos referem-se a contratos de locação de imóveis utilizados para prestação de serviços médicos e de educação e para serviços administrativos.

11.2 Passivo de Arrendamento

Passivo de arrendamento	Arrendamento mercantil	AVP – Ajuste a valor presente	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	-	-	-
Adoção inicial CPC 06	15.777.351	(2.390.314)	13.387.037
Saldos em 1º de janeiro de 2020	15.777.351	(2.390.314)	13.387.037
Baixas	(2.671.441)	765.319	(1.906.122)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	13.105.910	(1.624.995)	11.480.915
Parcela classificada no circulante	3.628.987	(707.029)	2.921.958
Parcela classificada no não circulante	9.476.923	(917.966)	8.558.957



NOTA 12 – IMOBILIZADO

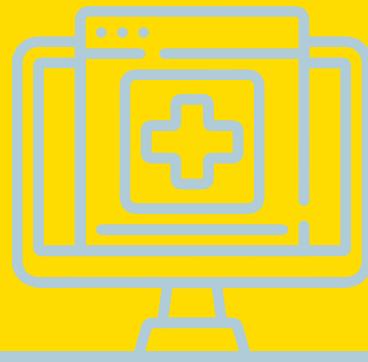
Descrição	Terrenos	Edificações e Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos Diversos	Equipamentos Hospitalares
Taxa de Depreciação		2,33% a 3,33%	4,55% a 8,33%	7,69%
Em 31 de dezembro de 2018				
Custo	28.604.902	52.181.037	16.254.152	36.846.171
Depreciação Acumulada	-	(17.971.093)	(4.926.219)	(12.985.217)
VALOR LÍQUIDO CONTÁBIL	28.604.902	34.209.944	11.327.933	23.860.954
Adições	2.100.000	28.688	8.000	213.006
Baixas	-	-	(52.660)	(1.560.665)
Transferências	-	-	509.392	4.732.029
Depreciação	-	(1.816.427)	(1.443.504)	(3.285.084)
Dep. Revisão Vida Útil	-	722.831	386.878	677.450
Baixas Depreciação	-	-	40.334	942.357
SALDO FINAL	30.704.902	33.145.036	10.776.373	25.580.047
Em 31 de dezembro de 2019				
Custo	30.704.902	52.209.725	16.718.884	40.230.541
Depreciação Acumulada	-	(19.064.689)	(5.942.511)	(14.650.494)
VALOR LÍQUIDO CONTÁBIL	30.704.902	33.145.036	10.776.373	25.580.047
Adições	-	-	303.309	1.340.744
Baixas	-	(28.688)	(395.343)	(505.030)
Transferências	-	2.451.584	1.607.831	5.672.546
Depreciação	-	(1.806.433)	(1.370.632)	(3.195.426)
Dep. Revisão Vida Útil	-	601.909	(822.328)	(2.534.443)
Baixas Depreciação	-	-	125.885	121.623
VALOR LÍQUIDO CONTÁBIL	30.704.902	34.363.408	10.225.095	26.480.061
Em 31 de dezembro de 2020				
Custo	30.704.902	54.632.621	18.234.681	46.738.801
Depreciação Acumulada	-	(20.269.213)	(8.009.586)	(20.258.740)
VALOR LÍQUIDO CONTÁBIL	30.704.902	34.363.408	10.225.095	26.480.061

Instalações	Móveis e Utensílios Hospitalares	Computadores e Periféricos	Veículos	Imobilizado / Obras em Andamento	Outras Imobilizações	TOTAL
5,88%	7,69% a 9,09%	16,67%	12,50%		10%	
1.952.169	7.406.868	5.893.539	314.836	15.995.130	1.453.147	166.901.951
(1.632.456)	(2.680.506)	(3.328.355)	(219.253)	-	(656.982)	(44.400.081)
319.713	4.726.362	2.565.184	95.583	15.995.130	796.165	122.501.870
-	3.734	88.295	-	14.429.855	-	16.871.578
-	(180.599)	(136.890)	-	(48.385)	(3.888)	(1.983.087)
3.520	1.902.920	1.180.745	-	(8.329.624)	1.018	-
(43.353)	(684.087)	(891.925)	(34.479)	-	(148.649)	(8.347.508)
9.893	89.983	89.218	14.744	-	(1.255)	1.989.742
-	142.462	130.528	-	-	3.888	1.259.569
289.773	6.000.775	3.025.155	75.848	22.046.976	647.279	132.292.164
1.955.689	9.132.923	7.025.689	314.836	22.046.976	1.450.277	181.790.442
(1.665.916)	(3.132.148)	(4.000.534)	(238.988)	-	(802.998)	(49.498.278)
289.773	6.000.775	3.025.155	75.848	22.046.976	647.279	132.292.164
33.357	127.676	190.178	-	18.682.430	-	20.677.694
-	(284.056)	(247.119)	-	-	-	(1.460.236)
6.797	2.364.123	1.510.089	46.440	(13.721.020)	-	(61.610)
(28.594)	(874.316)	(1.069.486)	(29.848)	-	(126.541)	(8.501.276)
226.298	2.654.875	422.899	8.159	-	(3.220)	554.149
-	179.957	81.831	-	-	-	509.296
527.631	10.169.034	3.913.547	100.599	27.008.386	517.518	144.010.181
1.995.843	11.340.666	8.478.837	361.276	27.008.386	1.450.277	200.946.290
(1.468.212)	(1.171.632)	(4.565.290)	(260.677)	-	(932.759)	(56.936.109)
527.631	10.169.034	3.913.547	100.599	27.008.386	517.518	144.010.181

Composição do imobilizado em andamento:

Descrição	2020	2019
Central de Esterilização	-	881.785
Reforma/Modernização parcial UTI Cardio	-	155.506
Reforma UTI Cardio	-	143.474
Reforma UI 5º andar Posto 52	-	172.343
Reforma e Adequação para Prevenção de Incêndio	1.434.588	-
Reforma Endoscopia	317.725	-
Reforma Filial Appam	525.570	-
Reforma Ambulatórios	287.143	-
Reforma UTI Cirúrgica	152.884	-
Reforma e Revitalização das Suítes	551.700	
Reforma Centro Cirúrgico	2.309.422	1.954.858
Reforma Centro de Imagem	-	271.701
Reforma e Ampliação Pronto-Atendimento	247.465	-
Reforma Instituto de Pesquisa Pelé Pequeno Príncipe	-	118.679
Outras Reformas	302.092	243.930
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	410.056	870.419
Reforma Acessibilidade no Prédio	1.608.611	240.044
Aquisições de Imobilizado – Equipamentos Hospitalares	4.154.046	3.793.151
Imobilizações (aquisições) em Trânsito	56.035	-
Formação Acervo Pelé	272.376	182.088
Projetos de viabilidade econômico-financeira e ambiental, de arquitetura/engenharia no Bacacheri, para o projeto Pequeno Príncipe Norte	14.378.673	13.018.998
TOTAL	27.008.386	22.046.976





NOTA 13 – INTANGÍVEL

Descrição	Softwares e Programas de Computadores	TOTAL
Taxa de Amortização	20%	
Em 31 de dezembro de 2018		
Custo	2.530.281	2.530.281
Amortização Acumulada	(2.395.378)	(2.395.378)
VALOR LÍQUIDO CONTÁBIL	134.903	134.903
Adições	170.299	170.299
Amortização	(72.267)	(72.267)
Amortização Revisão Vida Útil	11.911	11.911
SALDO FINAL	244.846	244.846
Em 31 de dezembro de 2019		
Custo	2.700.580	2.700.580
Amortização Acumulada	(2.455.734)	(2.455.734)
VALOR LÍQUIDO CONTÁBIL	244.846	244.846
Adições	66.531	66.531
Transferências	61.610	61.610
Amortização	(81.367)	(81.367)
Amortização Revisão Vida Útil	(7.945)	(7.945)
SALDO FINAL	283.675	283.675
Em 31 de dezembro de 2020		
Custo	2.828.721	2.828.721
Amortização Acumulada	(2.545.046)	(2.545.046)
VALOR LÍQUIDO CONTÁBIL	283.675	283.675

NOTA 14 – FORNECEDORES

	2020	2019
Fornecedores de materiais e medicamentos	5.322.873	4.893.379
Fornecedores de materiais em geral	1.496.496	959.028
Fornecedores – Bens	108.523	146.219
Fornecedores de próteses	1.199.456	1.260.838
Fornecedores de serviços	1.649.427	1.549.442
Fornecedores – Honorários médicos	185.526	513.158
Outros fornecedores	1.320.144	1.721.771
TOTAL	11.282.445	11.043.835
Contas a receber por tipo de moeda		
Reais (R\$)	11.282.445	11.043.385

NOTA 15 – EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS

Banco	Modalidade	Garantia	Taxa	Moeda	Curto Prazo	Longo Prazo	Saldo 2020	Saldo 2019
Banco Bradesco	Cap. de Giro	Aval	0,95% a.m.	Real	-	-	-	422.529
Banco Bradesco	Cap. de Giro	Recebíveis SUS/BNDES	8,99% a.a.	Real	-	-	-	1.659.197
Banco Itaú	Rotativo	Aval	0,73% a.m.	Real	-	-	-	5.117.000
Banco Bradesco	Cap. de Giro	Aval	7,31% a.a.	Real	1.501.620	4.498.380	6.000.000	-
Banco Bradesco	Rotativo	Aval	0,72% a.m.	Real	-	-	-	1.967.000
TOTAIS					1.501.620	4.498.380	6.000.000	9.165.726

Valores a pagar por data

2020	-	9.165.726
2021	1.501.620	-
2022	2.498.380	-
2023	2.000.000	-
TOTAL	6.000.000	9.165.726

Os valores contábeis dos empréstimos estão reconhecidos pró-rata.

NOTA 16 – OBRIGAÇÕES SOCIAIS

	2020	2019
Salários e ordenados a pagar	6.001.890	6.883.199
Encargos sociais a pagar	1.506.589	1.808.369
Provisão de férias e encargos	10.875.722	10.948.962
TOTAL	18.384.201	19.640.530

NOTA 17 – RECEITAS DIFERIDAS

	2020	2019
Receita com Posto Bancário	2.100.000	-
Receita com Hemobanco	933.333	-
TOTAL	3.033.333	-
Passivo Circulante	515.000	-
Passivo Não Circulante	2.518.333	-
TOTAL	3.033.333	-

A entidade possui contratos com uma instituição financeira para disponibilização do espaço para um posto bancário em suas dependências e com o Instituto Paranaense de Hemoterapia e Hematologia – Hemobanco, ambos com prazo de 60 meses. Desse modo, a receita foi diferida pelo prazo dos referidos contratos.



NOTA 18 – PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A entidade mantém provisões para contingências trabalhistas, tributárias e cíveis cuja possibilidade de perda foi avaliada como de risco “provável” no montante de R\$ 13.720.440 (treze milhões, setecentos e vinte mil e quatrocentos e quarenta reais) e de parte do montante de R\$ 11.255.746 (onze milhões, duzentos e cinquenta e cinco mil e setecentos e quarenta e seis reais) classificada como “possível” pelos assessores jurídicos. A administração possui a premissa de registrar contabilmente 100% das causas prováveis e 50% das causas possíveis, totalizando o montante de R\$ 24.796.186 (vinte e quatro milhões, setecentos e noventa e seis mil e cento e oitenta e seis reais), as quais são consideradas suficientes para cobrir eventuais perdas com processos judiciais.

	2020	2019
Contingências Trabalhistas	298.922	1.398.072
Contingências Cíveis	8.818.000	7.142.751
Contingências Fiscais	4.603.518	4.933.283
Total Contingências Prováveis	13.720.440	13.474.106
Contingências Trabalhistas	9.189.170	11.201.674
Contingências Cíveis	13.322.321	13.630.878
Total Contingências Possíveis	22.511.491	24.832.552
Total de Contingências Prováveis/Possíveis	36.231.932	38.306.658
Contabilizado		
Contingências Prováveis	13.720.440	13.474.106
Contingências Possíveis	11.255.746	12.416.276
TOTAL	24.976.186	25.890.382
Depósitos Judiciais	-	-
Efeito Líquido	24.976.186	25.890.382

No exercício de 2020 foram contabilizadas 100% das contingências com a probabilidade de perda consideradas como prováveis e 50% das possíveis, conforme laudos dos assessores jurídicos.

NOTA 19 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido da entidade está representado pelo patrimônio social de R\$ 96.003.417 (novecenta e seis milhões, três mil e quatrocentos e dezessete reais), por saldo de superávit acumulado de R\$ 39.264.171 (trinta e nove milhões, duzentos e sessenta e quatro mil e cento e setenta e um reais) e por ajuste de avaliação patrimonial sobre ativos em R\$ 39.855.085 (trinta e nove milhões, oitocentos e cinquenta e cinco mil e oitenta e cinco reais).

O saldo de superávit acumulado será colocado à disposição da assembleia geral para destinação.

NOTA 20 – RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2020	2019
Receitas da Área de Saúde	181.478.515	187.768.094
Sistema Único de Saúde – SUS	75.701.453	66.329.803
Convênios	100.118.425	118.026.454
Particulares	5.658.637	3.411.837
Receitas da Área de Educação	65.124.873	56.085.500
Mensalidades	64.423.508	54.276.858
Outras Receitas	701.365	1.808.642
Utilização de Recursos Captados	56.922.766	51.331.458
Subvenções Sociais	32.214.641	30.629.523
Campanhas Iniciativa Privada	24.708.125	20.701.935
Receita Operacional Bruta	303.526.154	295.185.052
Glosas de Convênios	(2.780.646)	(3.415.439)
Gratuidades Concedidas	(9.988.691)	(8.510.217)
Bolsas de Estudo	(6.280.874)	(1.842.243)
(-) <i>Deduções da Receita</i>	(19.050.211)	(13.767.899)
Receita Operacional Líquida	284.475.943	281.417.153

20.1 Uso dos Recursos Oriundos da Captação de Recursos

No ano de 2020, o uso dos recursos oriundos da captação de recursos atingiu o montante de R\$ 56.922.766 (cinquenta e seis milhões, novecentos e vinte e dois mil e setecentos e sessenta e seis reais), o que significa um aumento de 10,89% em relação ao exercício de 2019, que foi de R\$ 51.331.458 (cinquenta e um milhões, trezentos e trinta e um mil e quatrocentos e cinquenta e oito reais), contribuindo decisivamente para o resultado superavitário ora verificado.

O ótimo desempenho na utilização dos recursos citados deve-se à adequação da estrutura administrativa e adoção de processos de gestão voltados ao fiel cumprimento dos planos de aplicação de cada projeto de captação e/ou convênio.

NOTA 21 – GLOSAS DE CONVÊNIOS

As glosas são registradas mensalmente, em obediência ao princípio de competência, e são provenientes do não pagamento, por parte dos planos de saúde e convênios médicos, de valores referentes a procedimentos, medicamentos, materiais e taxas aplicados no atendimento de pacientes.

Em 2019, para um faturamento de R\$ 118.026.454 de receitas com convênios (planos de saúde), foram registradas glosas no valor de R\$ 3.415.439, ou seja, 2,89%.

Já no exercício de 2020, para um faturamento de R\$ 100.118.425, foram registradas glosas no valor de R\$ 2.780.646, que representam 2,78% do faturamento. Essa melhoria de performance deve-se à contínua gestão e aprimoramento dos processos de faturamento, envolvendo toda a estrutura interna.

NOTA 22 – DESPESAS OPERACIONAIS

22.1 Despesas Administrativas Gerais

	2020	2019
Depreciação e Amortização (i)	8.558.410	6.281.955
Material de Consumo Geral Adm.	3.912.031	3.096.316
Serviços Profissionais Pessoas Jurídicas	7.111.908	8.866.481
Serviços Profissionais Pessoas Físicas	1.121.895	777.352
Marketing Adm.	1.067.122	2.718.201
Água/Energia Elétrica/Telefone/Gás	2.234.785	2.357.734
Despesas com Créditos Incobráveis	780.540	1.526.771
Provisão para Perdas em Processos Judiciais	1.298.849	2.522.204
Locação de Imóveis e Equipamentos	2.448.448	2.531.694
Outras Despesas Gerais Administrativas	3.276.833	5.825.846
TOTAL	31.810.821	36.504.554

(i) Por limitação do sistema de gestão integrado (MV), que não faz a segregação da depreciação e amortização entre custos e despesas, a depreciação é reconhecida integralmente na rubrica de despesas administrativas gerais.

22.2 Outras Receitas (Despesas)

	2020	2019
Receita com Locação de Imóvel	168.237	250.223
Receita Estacionamento	156.101	166.662
Receitas de Convênios para Estágio	1.806.415	1.683.604
Receitas com Pesquisas Clínicas	1.006.599	1.692.722
Outras Receitas Operacionais	1.604.987	383.864
Custo na Baixa do Imobilizado	(79.966)	(666.191)
TOTAL	4.662.373	3.510.884

NOTA 23 – RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

Receitas Financeiras	2020	2019
Receitas de Aplicações Financeiras	1.054.046	1.594.132
Descontos Obtidos	587.032	369.018
Juros Recebidos	282.539	895.974
TOTAL DAS RECEITAS FINANCEIRAS	1.923.617	2.859.124

Despesas Financeiras

Juros Pagos/Descontos Concedidos	(569.727)	(292.305)
Taxas e Comissões Bancárias	(427.810)	(470.172)
Encargos sobre Empréstimos Bancários	(522.359)	(858.989)
TOTAL DAS DESPESAS FINANCEIRAS	(1.519.896)	(1.621.466)

RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	403.721	1.237.658



NOTA 24 – PRESTAÇÃO ANUAL DE SERVIÇOS AO SUS

A prestação de serviços de saúde durante o exercício de 2020 foi severamente marcada pela pandemia de COVID-19, o que obrigou os órgãos reguladores a alterar as regras de atendimento aos pacientes, em especial no tocante a cirurgias e outros procedimentos eletivos.

Para fazer frente a essa situação, a legislação federal, especialmente a Lei 14.123/2021, prorrogou até 31/12/2020 a suspensão da obrigatoriedade de manutenção das metas quantitativas e qualitativas contratualizadas pelos prestadores de serviço de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

NOTA 25 – APLICAÇÃO DE RECURSOS EM GRATUIDADE NA ÁREA DE EDUCAÇÃO

25.1 Demonstrativo do Cumprimento do Mínimo de Bolsas Integrais

Em atendimento ao artigo nº 13-A da Lei 12.101/09 (Educação Superior) e artigo nº 11 da Lei nº 11.096/05 (Ensino Superior), a instituição concedeu uma bolsa integral para cada nove estudantes pagantes no ano de 2020, conforme demonstração abaixo:

Cursos de Graduação e Sequenciais	Quantidade 2020	Quantidade 2019
Alunos matriculados nos cursos de graduação e sequenciais	1.159	1.217
Alunos pagantes nos cursos de graduação e sequenciais	930	974
Alunos necessários (relação 1 para 9)	103	108
Alunos com bolsa Prouni	269	295
Alunos com bolsa integral – Institucionais	16	12

25.2 Aplicações em Gratuidades Educacionais Considerando a Lei nº 12.101/09

Educação Superior	Quantidade 2020	Valores (R\$) 2020	Quantidade 2019	Valores (R\$) 2019
Número de alunos matriculados	1.159	59.876.513	1.217	50.039.329
Bolsas Prouni 100%	213	9.517.403	231	7.956.294
Bolsas Prouni 50%	56	471.288	64	553.923

Além das gratuidades legais acima demonstradas, em 2020 foram concedidos R\$ 6.280.874 em bolsas de estudos (R\$ 1.842.243 em 2019), como incentivo ao desenvolvimento técnico e científico de profissionais da área de saúde, em sua maioria colaboradores lotados no Complexo Pequeno Príncipe.

NOTA 26 – ISENÇÕES USUFRUÍDAS

Em 2020, a Associação Hospitalar de Proteção à Infância Dr. Raul Carneiro obteve isenções fiscais no valor total de R\$ 58.027.387 (cinquenta e oito milhões, vinte e sete mil, trezentos e oitenta e sete reais), distribuídas da seguinte forma:

RESUMO DAS ISENÇÕES POR INSTITUIÇÃO 2020

	HPP(1)	CEVA(2)	FPP(3)	IPPP(4)	TOTAL
IRPJ	10.089.586	-	-	-	10.089.586
CSLL	3.640.891	-	-	-	3.640.891
INSS – Patronal	24.083.768	141.273	4.433.130	715.702	29.373.873
COFINS	2.947.824	225.488	1.953.746	-	5.127.058
PIS	1.505.018	53.937	582.777	25.745	2.167.477
IPTU	505.730	-	-	-	505.730
ISS	5.444.461	375.814	1.302.497	-	7.122.772
TOTAL GERAL	48.217.278	796.512	8.272.150	741.447	58.027.387

- (1) HPP – Hospital Pequeno Príncipe;
- (2) Ceva – Centro de Vacinas Pequeno Príncipe;
- (3) FPP – Faculdades Pequeno Príncipe;
- (4) IPPP – Instituto de Pesquisa Pelé Pequeno Príncipe.

NOTA 27 – TRABALHO VOLUNTÁRIO

O custo do trabalho voluntário foi estimado pela Associação com base nos valores praticados pelo mercado para as atividades exercidas pelos voluntários, conforme demonstrado a seguir:

TRABALHO VOLUNTÁRIO

Exercício	Total de horas	Valor total
2019	13.469	R\$ 673.450
2020	5.694	R\$ 284.700

NOTA 28 – COBERTURA DE SEGUROS (NÃO AUDITADO)

Em 31 de dezembro de 2020, a Associação Hospitalar de Proteção à Infância Dr. Raul Carneiro possuía apólices de seguro contratado junto a seguradoras do país para a cobertura de riscos diversos, incêndio e roubo para imóveis, veículos e equipamentos.

A administração da entidade considera que o montante de cobertura de seguros é suficiente para cobrir eventuais sinistros em suas instalações e bens.

NOTA 29 – GERENCIAMENTO DE RISCO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros da entidade são caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, empréstimos e financiamentos e fornecedores. Os valores de mercado desses instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 não diferem substancialmente daqueles registrados nas demonstrações financeiras.

Instrumentos financeiros derivativos

A entidade não utiliza instrumentos financeiros derivativos.

Em 31 de dezembro 2020	Ativos financeiros a custo amortizado	Outros passivos financeiros	Total contábil
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	20.583.004	-	20.583.004
Aplicações financeiras	40.476.099	-	40.476.099
Contas a receber de clientes	19.230.166	-	19.230.166
	80.289.269	-	80.289.269
Passivos financeiros			
Fornecedores	-	11.282.445	11.282.445
Empréstimos e financiamentos	-	6.000.000	6.000.000
	-	17.282.445	17.282.445

Em 31 de dezembro 2019	Ativos financeiros a custo amortizado	Outros passivos financeiros	Total contábil
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	10.781.368	-	10.781.368
Aplicações financeiras	24.362.790	-	24.362.790
Contas a receber de clientes	24.570.506	-	24.570.506
TOTAL	59.714.664	-	59.714.664
Passivos financeiros			
Fornecedores	-	11.043.835	11.043.835
Empréstimos e financiamentos	-	9.165.726	9.165.726
TOTAL	-	20.695.658	20.695.658

A entidade revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação e classificação, e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:

- A) recebíveis: são classificados como recebíveis os valores de numerário em poder da entidade, depósitos bancários de livre movimentação e contas a receber cujos valores registrados aproximam-se, na data do balanço, aos de realização;

- B) outros passivos financeiros: são classificados nesse grupo os empréstimos e financiamentos, os saldos mantidos com fornecedores e outros passivos circulantes. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão contabilizados pelos seus valores contratuais;
- C) valor justo: os valores justos dos instrumentos financeiros são iguais aos valores contábeis; e
- D) gerenciamento de riscos de instrumentos financeiros: a administração realiza o gerenciamento da exposição aos riscos de taxas de juros, crédito e liquidez em suas operações com instrumentos financeiros dentro de uma política global de seus negócios.

• Riscos de taxas de juros

O objetivo da política de gerenciamento de taxas de juros da entidade é o de minimizar as possibilidades de perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

A entidade monitora continuamente as taxas de juros de mercado, com a finalidade de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas, e adota política conservadora de captação e aplicação de seus recursos financeiros, primando pela equiparação dos indexadores.

• Risco de crédito

A base de clientes da entidade apresenta certo grau de concentração em alguns principais clientes. Por meio de controles internos, a entidade monitora permanentemente o envio das faturas e demais informações aos convênios, o que limita o risco de contas inadimplentes e glosas. A administração registra provisão para créditos de liquidação duvidosa das perdas consideradas prováveis.

NOTA 30 – INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A Associação Hospitalar de Proteção à Infância Dr. Raul Carneiro tem atuação nos seguintes segmentos:



HPP – Hospital Pequeno Príncipe;
 Ceva – Centro de Vacinas Pequeno Príncipe;
 FPP – Faculdades Pequeno Príncipe; e
 IPPP – Instituto de Pesquisa Pelé Pequeno Príncipe.

	HPP	CEVA	FPP	IPPP	Não controlado por segmento	Total
31/12/2019						
Ativo	-	-	-	-	245.768.603	245.768.603
Passivo	-	-	-	-	245.768.603	245.768.603
Receita Líquida	224.766.688	10.917.426	45.733.040	-	-	281.417.154
Custo dos Serviços Prestados	(131.843.217)	(8.988.782)	(18.389.980)	(7.975.720)	-	(167.197.699)
Lucro Bruto	92.923.471	1.928.644	27.343.060	(7.975.720)	-	114.219.455
Despesas Operacionais	-	-	-	-	(88.266.815)	(88.266.815)
Resultado Financeiro	-	-	-	-	1.237.658	1.237.658
LUCRO LÍQUIDO	92.923.471	1.928.644	27.343.060	(7.975.720)	(87.029.157)	27.190.298

	HPP	CEVA	FPP	IPPP	Não controlado por segmento	Total
31/12/2020						
Ativo	-	-	-	-	291.954.336	291.954.336
Passivo	-	-	-	-	291.954.336	291.954.336
Receita Líquida	228.104.371	7.516.263	48.855.309	-	-	284.475.943
Custo dos Serviços Prestados	(128.674.771)	(5.779.345)	(18.856.860)	(5.633.200)	-	(158.944.176)
Lucro Bruto	99.429.600	1.736.918	29.998.449	(5.633.200)	-	125.531.767
Despesas Operacionais	-	-	-	-	(87.357.803)	(87.357.803)
Resultado Financeiro	-	-	-	-	403.721	403.721
LUCRO LÍQUIDO	99.429.600	1.736.918	29.998.449	(5.633.200)	(86.954.082)	38.577.685

Obs.: os ativos e passivos da entidade não são controlados por segmento, assim não estão apresentados de forma segregada,

NOTA 31 – IMPACTOS COVID 19

Com a declaração da pandemia de COVID-19 pela Organização Mundial da Saúde (OMS), a Associação adotou todas as medidas protetivas determinadas pelos órgãos reguladores e fiscalizadores, como o cancelamento das cirurgias e procedimentos hospitalares seletivos, além de ter implantado centenas de outras ações visando à melhor proteção dos seus pacientes, corpo clínico e quadro de colaboradores.

Entre as medidas adotadas está a instalação voluntária do Ambulatório Estratégico COVID-19, com a missão de promover a testagem dos colaboradores, atendimento e acompanhamento dos casos positivos ou suspeitos e registros e formação de histórico para eventual uso futuro. Também foi criada a Central de Distribuição de

EPIs específicos, e realizado monitoramento e higienização de áreas críticas, restrição de visitas de qualquer natureza, viagens, reuniões e eventos corporativos.

Apesar das restrições quanto aos procedimentos eletivos, o resultado do exercício de 2020 foi melhor que o de 2019, causado pelo aumento das receitas do SUS, da área de educação, da utilização de recursos captados e das ações voltadas para a redução dos custos e despesas.

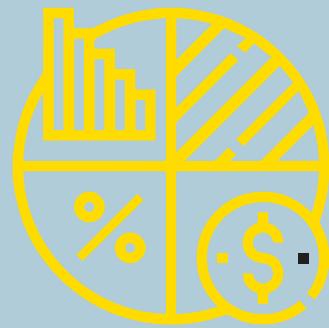
Para 2021, a Associação vai manter o estreito monitoramento da pandemia e suas possíveis consequências, além de manter e incrementar as medidas em vigor, em especial aquelas voltadas para a telemedicina, e ainda a busca de ações alternativas para mitigar os impactos da crise.

Ety da Conceição Gonçalves Forte
Presidente – CPF: 819.422.739-91

José Álvaro da Silva Carneiro
Diretor corporativo – CPF: 10.153.039-00

Carlos Antonio da Fonseca
Contador CRCSP 135796/0-O SPR
CPF: 039.127.858-48





RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos diretores e administradores da
ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA DR. RAUL CARNEIRO
Curitiba/PR

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA DR. RAUL CARNEIRO** ("entidade") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA DR. RAUL CARNEIRO**, em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e às entidades sem finalidade de lucro (ITG 2002 R1).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis", no nosso relatório. Somos independentes em relação à entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – e cumprimos as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

As demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2019, apresentadas comparativamente, foram auditadas por nós conforme parecer emitido em 29 de maio de 2020, sem ressalvas.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e às entidades sem fins lucrativos (ITG 2002 R1) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influen-

ciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- » identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- » obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da empresa;
- » avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- » concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da empresa. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as di-

vulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a empresa a não mais manter-se em continuidade operacional; e

- » avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive sobre as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba (PR), 24 de maio de 2021.

Carlos Alberto Felisberto
Contador CRC (PR) nº 037293/O-9

Martinelli Auditores
CRC (SC) nº 001.132/O-9





194,976*

2020

We dedicate this report and these
pages to coronavirus victims and fam-
ilies mourning due to the pandemic.
They are fathers, mothers, children,
friends and lovers who are gone.

We, who stay, are resisting
with courage, and building the
future as a beautiful and pos-
sible reality for all Brazilians.

You will never be forgotten.

* Deaths by COVID-19 in Brazil un-
til 12/31/2020. Source: press me-
dia consortium based on data from
state health departments.

MESSAGE FROM THE CORPORATE DIRECTOR

Knowledge, intuition, planning, resilience and hard work marked our year

We did well in the past year, as we share in detail in these words and throughout this report. But will it be enough? For those who are committed to the Sustainable Development Goals (SDGs) and with the acute perception of the Brazilian reality, the answer is no. A resounding no. We are all aware of the precarious nature of public services, which brings more responsibility to the third sector. With 101 years of history and tradition in social mobilization, we need more than ever to have all sectors of society united in order to face the arduous conditions that surround the children's and youth environment in the wake of the pandemic.

The year 2020, right at the beginning, presented itself as one of the most challenging in our centenary history. To address the approaching pandemic demanded a great deal of professional maturity and discernment. We honored our commitment to childhood and kept our hospital running with all 32 of its specialties. We took care of the physical and mental health of our teams, offering welcome and safe working conditions. We kept our supporters mobilized, because we knew that, more than ever, to have the support of society would be critical to the morale of our teams and, consequently, for the feasibility of our institution.

In regard to the Pequeno Príncipe Hospital assistance services, although the overall numbers had fallen near 40%, high complexity procedures maintained broadly the same levels of previous years. We carried out 247 transplants with an important highlight: we resumed our Liver Transplantation Service, which, even in a year of pandemic, performed 15 procedures, establishing itself as a reference in Paraná.

In research, we continued to advance in studies related to the seven lines we maintain and, in addition, 17 new studies on COVID-19. Our scientists are dedicated to the search for new forms of diagnosis and therapies that can alleviate the serious and growing health crisis in which we are immersed, in addition to continuing the studies in the existing lines of research.

The Pequeno Príncipe College graduated its first class of medical students and these professionals are already on the market reinforcing the health teams that are at the forefront of the fight against coronavirus. We have always been very proud to train psychologists, biomedical doctors, pharmacists and nurses and to contribute to improving the health of the community. At the beginning of the pandemic in the first semester, a large number of measures were taken to maintain the quality standard of education, also aiming to prevent school evasion and default for payment of tuition fee. Remote classes started very quickly. The results achieved on all fronts were very good. The cash generation provided by the teaching activity is decisive for the income of the Complex. These resources are being carefully reserved for our structural expansion project, the Pequeno Príncipe North project.

With respect to the financial results in research and assistance, we had a R\$ 9 million (US\$ 1.8 million) deficit at the Pelé Pequeno Príncipe Research Institute and R\$ 28.5 million (US\$ 5.7 million) at the Hospital, totaling a R\$ 37.5 million (US\$ 7.5 million) deficit. Our revenue from services provided by health insurance companies fell by 20%. The institution was saved from a greater impact due to a praiseworthy initiative by Rio Grande do Sul Congressman, Pedro Westphalen, who proposed a bill that allowed hospitals that assisted patients covered by the Public Health System (SUS) to receive in 2020 according to the average attendances performed in the previous year. This measure, combined with the attendance drop caused by the temporary suspension of new visits, determined by health authorities, resulted in a 14% increase in the SUS revenues, once high complexity care is paid per procedure (fee-for-service)

and such assistance have been maintained. In the year, we had a reduction in revenue of around 6%, and 8% in direct assistance costs. As for the combination between income and costs, we can say that year 2020 has exceeded our expectations and initial projections in assistance.

On the other hand, and using funds raised in previous years, we were able to invest about R\$ 19 million (US\$ 3.8 million) in construction and acquisition of fixed assets. Furthermore, we applied R\$ 28.6 million (US\$ 5.72 million) in consumables dedicated to the maintenance of our Hospital, funding of our research and training and qualifications of professionals. These resources came from the support of companies, individuals and public agencies that understand and support the cause we advocate.

These investments, over the years, are allowing us to create a new reality of care, based on excellence, innovation and compassion, principles that move us since our foundation. We are very proud to say that, in 2020, 74% of our investors renewed their support for our cause.

But we must highlight some points regarding last year.

The first is the experience of many professionals of our clinical and operation staff, notably the Hospital, the more affected site in respect to the effects of the pandemic. That's why we emphasize their professional maturity in the opening of this statement. The first meeting on the pandemic occurred by the initiative of the Epidemiology and Hospital Infection Control Service (SECIH), right at the month of January. The first meeting on the possible operational consequences of the health crisis, on the other hand, took place in early February. As the organization began to reflect on its preservation, preventive measures were planned and aimed at protecting employees, doctors and, especially, our patients and their families. In March, when the pandemic was declared, we had already started training personnel (from receptionists and security guards to assistance teams) and placing purchase orders for materials to reinforce our stocks in critical items (aseptic material, personal protective equipment and sedation drugs, for example). Mean-

while, we went deep in the construction of protocols with focus on the assistant and the non-stop demand (such as high complexity, emergencies and the Surgical Center and specific wards for the COVID-19), bringing new needs in managing risk due to the virus.

All measures were very correct and brought good results, while new demands arose. One of them – and that is worth mention – was that patients, victims of COVID-19, hospitalized in ICU need not be isolated anymore, without the company of an emotional reference. This legal requirement was discussed based on our experience in humanized assistance, with many decades of tradition. We decided to build new, very strict protocols, and we successfully implemented them. Our little patients, already affected by serious illness, could not be without the necessary emotional comfort provided by the company of a family member. Our experience shows that the presence of this feeling, love, is fundamental for the recovery of any patient, especially the pediatric one.

Another important action was the creation of the COVID-19 Observatory, to record in a structured manner all that happened. This repository of information from all areas will be an important source of consultation for our planning, and in the event a similar issue arises in the future.

From an operational standpoint, our biggest challenge was to have a large number of employees on leave due to be a part of risk groups, and simultaneously test those with symptoms and that needed to stay in isolation until we knew whether they were or uncontaminated. At the beginning of the pandemic, and because of that, we had 200 employees on leave. That is a large number of indispensable labor force, which required immediate reaction of three sectors: our laboratory, our Occupational Medicine Team and the Nursing Directorate. In the beginning, one of the city's private laboratories offered us the result of the RT-PCR test in three business days, while for hospitals that assisted under the SUS system, the public laboratory asked for ten days to deliver results. We decided to use our Genomic Laboratory to do the test and gradually we reduced the time for confirming the result. Today, we were able to present the

report on the same day. On the other hand, we have evolved a lot in the correct perception of the need for removal and also in monitoring the employee at his or her home environment in the event of confirmation of the disease. We felt the need for this extra care, which was very well accepted by our employees and their families.

In the meantime, the nursing management performed daily relocations, a very difficult situation if we remember that we are a national reference in several complex pathologies. This arrangement worked very well, and we continued to decrease the number of dismissals and were able to manage the situation. At the end of 2020, the average number of leaves was 30 employees.

In the combined supply management, personnel training, occupational medicine, laboratory, nursing management, communication processes with the internal and external public, among many others, we can say that we have brought to the medical staff the necessary security for the application of their knowledge for the benefit of our patients.

In 2020, we underwent an exceptionally difficult test, while investments in our future projects – such as telemedicine and the Pequeno Príncipe North project – were maintained.

At the College, the environment oxygenated by the students' curiosity has circumstantially changed completely. Everything continued, but corridors and classrooms were empty. On the other hand, at the centennial Pequeno Príncipe Hospital, everything was very different from what we have in our history and memory. In our regular times and prior to the pandemic, voluntary students and patients with family members accessed the spaces of the Hospital, bringing colors and sounds and movement and joys. We are a space for education and research that have always encouraged children and individuals accompanying them – wherever possible – to circulate through the spaces created to receive them. This changed completely last year, and the seats were empty of that "power" that we have created and sustained for so long.

But let's think about the future. We started the practice of telemedicine in 2016, internally exploring the concept of telepresence. The challenge is to make individual or collective knowledge go further and reach those who need access to healthcare, with the support of technology. It is what we call "telepresence". The most vulnerable need to gain attention and benefit from these advances, and we have made this commitment. Likewise, we cannot fail to pay attention to our relations with the environment. For the coming year of 2021, and beyond all we already do, we must do more and better, always aligned with the Sustainable Development Goals defined by the United Nations (UN).

As for 2021, we have a huge challenge specifically at the Hospital, the oldest and most visible operational unit in the Pequeno Príncipe Complex. The continuity of the pandemic shows that we will enter a second year, where our epidemiology will be completely different from the historical series that we know and incorporate in the day-to-day and planning of our managers and clinical staff. We are facing a new situation with a structure designed for significantly lower assistance numbers. And this in an economic environment in which private insurance plans tend to be even more restrictive. The agreement brings the need for revision in our planning, which is always quite complex. Difficult times ahead.

Deep inside we want our city, our state and our country to achieve the necessary unity to overcome the health, economic, social and moral crisis as quickly as possible. We have the conviction that our efforts in 2020 contributed much to it.

To you, who once again stood by our side, a very special thank you. You help us to make a difference in our community and in the lives of thousands of children and teenagers.

José Álvaro da Silva Carneiro
Corporate Director of the
Pequeno Príncipe Complex

BALANCE SHEET

BALANCE SHEET ENDED DECEMBER 31 (IN US DOLLAR)

ASSETS

	Note	2020	2019
CURRENT		26,100,085	27,757,512
Cash and Cash Equivalents	4	3,960,784	2,674,813
Financial Investments	5	7,788,808	6,044,307
Accounts Receivable from Customers	6	<u>3,700,457</u>	<u>6,095,841</u>
Hospital Services Clients		3,366,862	5,486,143
Vaccine Clients		108,798	232,916
Education Customers		763,131	1,264,917
(-) Bad Debt Provision		(538,334)	(888,135)
Funds of Unrealized Agreements	7	7,387,676	10,245,355
Inventories	8	2,849,217	2,213,584
Other Credits	9	410,357	479,341
Prepaid Expenses		2,786	4,271
NON-CURRENT		30,080,631	33,100,181
Long-Term Assets			
Other Credits	9	92,090	87,869
Investments	10	82,594	130,428
Right of Use – Lease Assets	11.1	2,139,509	-
Fixed Assets	12	<u>27,711,851</u>	<u>32,821,139</u>
Property, Plant and Equipment - Cost		43,837,276	47,515,304
Accumulated Depreciation		(16,125,425)	(14,694,165)
Intangible	13	<u>54,587</u>	<u>60,745</u>
Intangible – Cost		804,138	793,109
Accumulated Amortization		(749,550)	(732,364)
TOTAL ASSETS		56,180,716	60,857,693

"The management's explanatory notes are an integral part of the financial statements."

BALANCE SHEET ENDED DECEMBER 31 (IN US DOLLAR)

LIABILITIES AND NET EQUITY

	Note	2020	2019
CURRENT		14,549,190	20,558,150
Suppliers	14	2,171,079	2,739,930
Bank Loans	15	288,956	2,273,979
Social Obligations	16	3,537,668	4,872,734
Tax Obligations		318,340	305,553
Grant Resources to be Executed	7	7,387,676	10,245,355
Leases – Liabilities	11.2	562,272	-
Deferred Revenue	17	99,101	-
Other Obligations		184,098	120,599
NON-CURRENT		7,932,703	6,423,296
Bank Loans	15	865,622	-
Tax Obligations		129,318	-
Leases – Liabilities	11.2	1,646,998	-
Deferred Revenue	17	484,602	-
Provisions for Contingencies	18	4,806,163	6,423,296
NET EQUITY	19	33,698,823	33,876,247
Equity		26,856,179	10,868,575
Equity Valuation Adjustment		12,191,078	12,323,179
Accumulated Surplus		7,490,603	15,987,604
Accumulated Translation Adjustment		(12,839,037)	(5,303,111)
TOTAL LIABILITIES AND NET EQUITY		56,180,716	60,857,693

"The management's explanatory notes are an integral part of the financial statements."

BALANCE SHEET

INCOME STATEMENT ENDED DECEMBER 31 (IN US DOLLAR)

	Note	2020	2019
Gross Operating Revenue		57,896,111	74,838,388
Healthcare Revenue		34,616,128	47,604,922
Public Health System – SUS		14,439,677	16,816,622
Health Insurance		19,097,094	29,923,295
Individuals		1,079,357	865,005
Education Revenue		12,422,247	14,219,380
Tuition		12,288,465	13,760,834
Other Revenues		133,782	458,546
Use of Funds Raised		10,857,736	13,014,086
Social Grants		6,144,783	7,765,516
Private Initiative Campaigns		4,712,953	5,248,570
(-) Deductions from Revenue		(19,050,211)	(13,767,899)
Deduction from Health Insurance	21	(2,780,646)	(3,415,439)
Gratuities Granted	25.2	(9,988,691)	(8,510,217)
Scholarships		(6,280,874)	(1,842,243)
Surplus Available to the General Assembly for Destination	20	284,475,943	281,417,153
(-) Deductions from Revenue		(3,633,732)	(3,490,581)
Deduction from Health Insurance	21	(530,393)	(865,917)
Gratuities Granted	25.2	(1,905,293)	(2,157,599)
Scholarships		(1,198,046)	(467,065)
Gross Profit		23,944,564	28,958,106
Operational Expenses		(16,663,068)	(22,378,322)
Personnel Expenses		(11,484,636)	(14,013,423)
General Administrative Expenses	22.1	(6,067,757)	(9,255,015)
Expenses with Taxes and Contributions	26	(11,068,437)	(13,950,082)
Tax Exemptions	26	11,068,437	13,950,082
Other Income / (Expenses)	22.2	889,325	890,116
Surplus Before Financial Income and Expenses		7,281,496	6,579,784
Financial Income	23	366,920	724,875
Financial Expenses	23	(289,914)	(411,092)
SURPLUS FOR THE YEAR		7,358,502	6,893,567

"The management's explanatory notes are an integral part of the financial statements,"

CHANGES IN EQUITY ENDED DECEMBER 31 (IN US DOLLAR)

	Equity	Equity Valuation Adjustment	Aggregate (Deficit) Surplus	Accumulated Translation Adjustment	Surplus Available to Board	Total Net Equity
On December 31, 2017 (Resubmitted)	10,868,575	12,670,661	1,875,474	-	-	25,414,710
Realization of Assigned Cost	-	(177,167)	177,167		-	-
Surplus for the Year	-	-	6,871,081		-	6,871,081
Surplus Available to the General Assembly for Destination	-	-	(8,923,722)		8,923,722	-
Translation Adjustment				(4,063,769)		(4,063,769)
On December 31, 2018	10,868,575	12,493,494	-	(4,063,769)	8,923,722	28,222,022
Realization of Assigned Cost	-	(170,315)	170,315		-	-
Surplus for the Year	-	-	6,893,567		-	6,893,567
Surplus Available to the General Assembly for Destination	-	-	(7,063,882)		7,063,882	-
Translation Adjustment	-	-	-	(1,239,342)	-	(1,239,342)
On December 31, 2019	10,868,575	12,323,179	-	(5,303,111)	15,987,604	33,876,247
Incorporation of Surplus to Social Equity	15,987,604				(15,987,604)	
Realization of Assigned Cost		(132,101)	132,101			-
Surplus for the Year			7,358,502			7,358,502
Surplus Available to the General Assembly for Destination			(7,490,603)		7,490,603	-
Translation Adjustment				(7,535,926)		(7,535,926)
Translation Adjustment	-	-	(7,063,882)	-	7,063,882	-
On December 31, 2020	26,856,179	12,191,078	-	(12,839,037)	7,490,603	33,698,823

"The management's explanatory notes are an integral part of the financial statements."



BALANCE SHEET

**CASH FLOW STATEMENTS FOR THE FINANCIAL YEARS ENDED
DECEMBER 31 BY INDIRECT TAX ASSESSMENT (IN US DOLLAR)**

	2020	2019
OPERATING ACTIVITIES		
Year Surplus	7,358,502	6,893,567
Adjusted by:		
Depreciation and Amortization	1,448,446	1,762,836
Provisions for Contingencies	(1,617,133)	184,243
Bad Debt Provision	(349,801)	188,898
Translation Adjustment – Equity	(7,535,926)	(1,239,342)
Translation Adjustment – Fixed Assets/ Investments and Intangible Assets	7,358,572	1,099,014
Adjusted Year Surplus / Deficit	6,662,660	8,889,216
Accounts Receivable from Customers	2,745,185	(1,481,396)
Inventories	(635,633)	(605,249)
Funds of Unrealized Agreements	2,857,679	4,213,918
Other Credits	66,248	(172,880)
(Increase) or Decrease in Assets	5,033,479	1,954,393
Suppliers	(568,851)	282,120
Social Obligations	(1,335,066)	593,857
Tax Obligations	142,105	(12,796)
Grant Resources to be Executed	(2,857,679)	(3,984,268)
Other Obligations	63,499	3,394
Deferred Revenue	583,703	-
Liability Increase or (Decrease)	(3,972,289)	(3,117,693)
Net Cash from Operating Activities	7,723,850	7,725,916
INVESTMENT ACTIVITIES		
Operations with Financial Investments	(1,744,501)	(3,091,256)
Right of Use – Lease Assets	(2,139,509)	-
Increase in Fixed Assets / Intangible Assets / Investments / Translation Adjustment	(3,924,730)	(4,326,655)
Write-Off Value of Fixed Assets / Intangible Assets / Investments	280,992	133,689
Net Cash from Investment Activities	(7,527,748)	(7,284,222)
FINANCING ACTIVITIES		
Bank Loan Operations	(1,119,401)	466,321
Leases – Liabilities	2,209,270	
Net Cash from Financing Activities	1,089,869	466,321
INCREASE (DECREASE) IN CASH AND CASH EQUIVALENTS	1,285,971	908,015
Cash and Cash Equivalents at the Beginning of the Year	2,674,813	1,766,798
Cash and Cash Equivalents at the End of the Year	3,960,784	2,674,813

"The management's explanatory notes are an integral part of the financial statements."



EXPLANATORY NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS DECEMBER 31, 2020 AND 2019 *(Figures in dollars, unless otherwise stated)*

NOTE 1 – OPERATIONAL CONTEXT

The DR. RAUL CARNEIRO HOSPITAL ASSOCIATION FOR CHILDHOOD PROTECTION is a civil institution under private law, non-profit organization, of public benefit, and is registered with the CNPJ – National Registry of Legal Entities – under number 76.591.569/0001-30. It is headquartered in the city of Curitiba (state of Paraná), Av. Iguaçu 1472, Água Verde, founded on August 18, 1956, to promote healthcare to children and adolescents aged 0 to 18 years, through assistance, teaching and research and also social welfare assistance, promoting the offer of such services to comply with the rules that classify the institution as a philanthropic and tax-exempt organization. It should be noted that in the provision of healthcare services, the organization offers up to 70% of its workforce to SUS (Public Health System), closing the year above 60%, which is the minimum required by law.

In the healthcare process at Pequeno Príncipe Hospital in the last years, the numbers of outpatient care, hospitalizations, and surgeries showed little variation but increased in complexity. In 2020, care production indicators fell by an average of 40%.

The sources of revenue are the health services provided by Pequeno Príncipe Hospital, Vaccine Center, education services provided by Pequeno Príncipe Col-

lege, as well as donations and subsidies and agreements associated with scientific projects of the Pelé Pequeno Príncipe Research Institute and the other units of the Complex. All revenues are fully invested in maintaining and developing its institutional objectives. The units are under the DR. RAUL CARNEIRO HOSPITAL ASSOCIATION FOR CHILDHOOD PROTECTION, sponsor of the Pequeno Príncipe Complex:

- » Pequeno Príncipe Hospital (which incorporates the former César Pernetta Children's Hospital);
- » Pequeno Príncipe College;
- » Pelé Pequeno Príncipe Research Institute; and
- » Pequeno Príncipe Vaccine Center.

To receive an exemption from social contributions, the entity holds the Social Assistance Charity Entity Certificate in the Healthcare Area (CEBAS), which is renewed every three years by the Ministry of Health, and the last CEBAS obtained by the entity is valid from January 1, 2016, to December 31, 2018. The organization has timely requested the renewal for subsequent years to the Ministry of Health and is awaiting its approval.

The issuance of these financial statements was authorized by the administration on April 30, 2021.

NOTE 2 – BASIS OF PREPARATION OF THE FINANCIAL STATEMENTS

The financial statements were prepared and are being presented in accordance with the international accounting Standards (IFRS) issued by the International Accounting Standard Board (IASB) and also in accordance with accounting practices adopted in Brazil, in full compliance with Law No. 11,638/07 and Law No. 11,941/09, pronouncements issued by the CPC (abbreviation in Portuguese) – Accounting Pronouncements Committee and approved by the Federal Accounting Council – CFC (abbreviation in Portuguese) and also, in accordance with ITG 2002 (R1) Non-Profit Entity.

Until the year ended December 31, 2019, the entity prepared and presented its statements in accordance with the accounting policies adopted in Brazil applicable to small and medium-sized companies (NBC TG 1000 R1) and for exceeding the limits of this standard, it adopted the full application of the International Financial Accounting Standards (IFRS) issued by the International Accounting Standards Board (IASB) – IFRS Full for the year ended December 31, 2020.

The impacts resulting from this change in accounting practice refer to the measurement and accounting of Use Rights (Assets) and Lease Liabilities (Liability), in addition to the additional disclosures in these explanatory notes.

NOTE 3 – SUMMARY OF THE MAIN ACCOUNTING PRACTICES

3.1 Classification of Current and Non-Current Items

In the Balance Sheet, assets and obligations falling due or expected to be realized within the next 12 months are classified as current items, and those with maturity or expected to be realized within 12 months are classified as non-current items.

3.2 Offset Accounts

As a rule, in the financial statements, neither assets and liabilities nor income and expenses, are offset against each other, except when compensation is required or permitted by a Brazilian accounting standard or rule and this compensation reflects the essence of the transaction.

3.3 Financial Instruments

The institution classifies its financial assets as subsequently measured at amortized cost, at fair value through other comprehensive income or at fair value through profit or loss. Classification depends on the purpose for which the financial assets were acquired. Management determines the classification of its financial assets upon initial recognition.

a. The financial assets measured at amortized cost

These are financial assets maintained within the business model whose objective is to keep them for contractual cash flow receipts. The contractual terms of the financial assets originated, on specified dates, from cash flows that exclusively constitute payments of principal and interest on the principal amount outstanding.

b. Financial assets measured at fair value through other comprehensive income

They are financial assets maintained within a business model whose objective is achieved both by receiving contractual cash flows and by selling financial assets, and that the contractual terms of the financial asset originate, on specified dates, from cash flows that constitute exclusively principal and interest payments on the outstanding principal amount.

c. Financial assets measured at fair value through profit or loss

Financial assets are measured at fair value through profit or loss unless they are measured at amortized cost or at fair value through other comprehensive income. A financial asset is classi-

fied in this category if it was acquired primarily for short-term sale purposes. Financial assets in this category are classified as current assets.

RECOGNITION AND MEASUREMENT

Regular purchases and sales of financial assets are recognized on the trade date which the Entity commits to buy or sell the asset. Investments are initially recognized at amortized cost. All other financial assets (including assets designated at fair value through profit or loss) are initially recognized on the negotiation date on which the institution becomes a party to the contractual provisions of the instrument.

Financial assets are derecognized when the rights to receive cash flows from the investments have expired or have been transferred; in the latter case, provided that the institution has significantly transferred all the risks and benefits of ownership. Financial assets measured at fair value through profit or loss are subsequently carried at fair value.

Loans and receivables are accounted for at amortized cost using the effective interest rate method.

Profit or losses arising from changes in the fair value of financial assets measured at fair value through profit or loss are presented in the income statement for the period in which they occur.

a. Derecognition of financial instruments.

A financial instrument is written off when:

- » the rights to receive cash flows from the financial asset expire;
- » transferred its rights to receive cash flows from the financial asset or assumed an obligation to pay the cash flows received in full, without significant delay, to a third party pursuant to a "pass-through" arrangement; and (a) transferred substantially all risks and rewards of the asset, or (b) did not transfer or substantially retain all risks and rewards relating to the asset, but transferred control over the asset.

- » a financial liability is written off when the obligation is revoked, canceled or expires. When an existing financial liability is replaced by another from the same lender with substantially different terms, or the terms of an existing liability are significantly changed, that replacement or change is treated as derecognition of the original liability and recognition of a new liability, the difference being in the corresponding book values recognized in the income statement.

3.4 Cash and Cash Equivalents

Cash and cash equivalents include cash held by the entity, free transaction bank deposits, and cash equivalents financial investments. Due to internal decisions, funds with financial investments may have a specific destination, in line with the strategic planning and governance system.

3.5 Accounts Receivable from Customers

Accounts receivable correspond to the amounts receivable for services rendered in the ordinary course of the entity's activities.

Accounts receivable from customers are initially recognized at fair value and subsequently measured at amortized cost using the effective interest rate method minus the provision for impairment losses (losses on receivables). In practice, they are usually recognized at the invoiced amount adjusted to present value if relevant and adjusted by the provision for impairment losses if necessary.

3.6 Unrealized Health Insurance Funds / Grants to be executed

Unrealized health insurance funds are recognized initially as current assets debt in the Unrealized Health Insurance Funds account, and as a credit in current liabilities in grants to be executed account and are subsequently recognized in the income statement as health insurance assistance expenditures occur.

3.7 Inventory

Inventories are recorded at the lower of cost and recoverable amount. The cost is determined using the average cost method.

3.8 Investments

Investments in artworks are valued at cost method and subjected to impairment test, being reduced to the recoverable amount where applicable. It is worth mentioning the formation of the collection linked to Edson Arantes do Nascimento, Pelé, and the works aimed at its conservation.

3.9 Leases

3.9.1 Right of Use

The cost of the right of use asset corresponds to the initial measurement value of the lease liability, plus initial direct costs incurred, less any lease incentives received.

Depreciation is calculated using the straight-line method from the contract inception date to the first between the end of the useful life of the asset with the right to use or the end of the lease term.

3.9.2 Lease Liabilities

The measurement of leasing operations corresponds to the amount of future payments of fixed rents, according to the period provided for in the contract signed between the lessor and the entity. These payment flows are adjusted to present value, considering the incremental loan rate.

Financial charges are appropriated based on the incremental loan rate, according to the remaining term of the contracts.

3.10 Fixed Assets

Fixed assets items are presented at historical cost less depreciation. Historical cost includes expenses directly attributable to the acquisition of the items.

Subsequent costs are included in the asset's book value or recognized as a separate asset, as appropriate, only when it is probable that future economic benefits associated with the item will flow and that the cost of the item can be measured reliably. All other repairs and maintenance are recorded against the income for the year when incurred.

Depreciation is calculated using the straight-line method and takes into account the economic useful life of the assets. The economic useful life of the assets is periodically reviewed to adjust the depreciation rates.

Residual values and useful lives of assets are reviewed and adjusted, if appropriate, at the end of each year. The book value of an asset is immediately adjusted if such asset is greater than its estimated recoverable amount.

3.11 Intangible Assets

The purchased software licenses are capitalized based on the costs incurred to acquire the software and preparing it for use.

The amortization is calculated using the straight-line method and takes into consideration the useful life of the software license. The economic useful life is periodically reviewed to adjust the amortization rates.

3.12 Impairment of Assets

Assets that are subject to depreciation are reviewed for impairment losses whenever events or changes in circumstances indicate that the carrying amount may not be recoverable.

An impairment loss is recognized for the amount by which the asset's carrying amount exceeds its recoverable amount. The latter is the higher of an asset's fair value less costs to sell and its value in use.

For impairment assessment purposes, assets are grouped at the lowest levels for which there are separately identifiable cash flows (Cash Generating

Units – CGU). Non-financial assets that have had impairment losses are reviewed for the analysis of a possible reversal of the loss on the date of presentation of the financial statements.

3.13 Accounts Payable to Suppliers

Accounts payable to suppliers are obligations to pay for goods or services that were acquired from suppliers in the ordinary course of business and are initially recognized at fair value and subsequently measured at amortized cost using the effective interest rate method. In practice, they are usually recognized at the corresponding invoice value, adjusted to present value, when the effect is relevant.

3.14 Bank Loans

Bank loans are initially recognized at fair value, net of transaction costs incurred, and are subsequently stated at amortized cost. Any difference between the amounts raised (net of transaction costs) and the redemption value is recognized in the income statement during the period in which the loans are in progress, using the effective interest rate method.

3.15 Provisions

Provisions are recognized when the entity has an obligation at the balance sheet date as a result of past events; an outflow of resources is likely to be required to settle the obligation; the amount was estimated appropriately and following legal precepts.

Provisions are measured at the best estimate of the amount required to settle the obligation on the date of the financial statements. When the effect of the time value of money is material, the amount of the provision is the present value of the disbursement that is expected to be required to settle the obligation.

3.16 Result Determination

The result of operations is calculated under the accrual accounting regime for both the recognition of income and expenses, in compliance with the principle of opportunity.



3.17 Service Revenue Recognition

Revenue comprises the fair value of the consideration received or receivable for the provision of services in the normal course of the entity's activities. Revenue is shown net of rebates and discounts.

The entity provides healthcare services provided by Pequeno Príncipe Hospital and the Vaccine Center, education services provided by Pequeno Príncipe College and donations and fees from resources of individuals and legal entities as well as subsidies granted by the government of assistance and non-profit character.

Revenue recognition occurs as hospital and educational services are provided to its patient/student, that is, when the entity has already complied with the performance obligation signed with the client, and control has already been transferred to the client, together with the emergence of the right to receive any consideration in exchange for the goods or services provided.

3.17.1 The entity recognizes revenue when:

The entity recognizes revenue when it is possible to meet the criteria:

- i. identify the contract with the customer;
- ii. identify performance obligations in the contract;
- iii. determine transaction prices;
- iv. allocating the transaction price to performance obligations; and
- v. recognize revenue when performance obligations are met.

3.18 Fair value measurement

Fair value is the price that would be received to sell an asset or paid to transfer a liability in an unforced transaction between market participants at the measurement date. The fair value measurement is based on the presumption that the transaction to sell the asset or transfer the liability will occur:

- i. in the main market for the asset or liability; and,
- ii. in the absence of a main market, in the most advantageous market for the asset or liability. The main or most advantageous market must be accessible to the entity.

The fair value of an asset or liability is measured based on the assumptions that market participants would use when setting the price of an asset or liability, assuming that market participants act in their best economic interest.

All assets and liabilities for which fair value is measured or disclosed in the financial statements are categorized within the fair value hierarchy described below, based on the lowest level information that is significant to the fair value measurement as a whole:

Level 1- quoted prices (unadjusted) in active markets for identical assets or liabilities that the entity may have access to on the measurement date;

Level 2- valuation techniques for which the lowest and most significant level of information for measuring fair value is directly or indirectly observable; and

Level 3- valuation techniques for which the lowest level and significant information for measuring fair value is not available.

For fair value disclosure purposes, the entity has determined classes of assets and liabilities based on the nature, characteristics and risks of the asset or liability and the level of the fair value hierarchy, as explained above. The corresponding disclosures at fair value of financial instruments and non-financial assets measured at fair value or at the time of disclosure of fair values are summarized in the respective explanatory notes.

3.19 Judgment and Use of Accounting Estimates

The preparation of financial statements requires a management entity to use estimates to record certain transactions that affect assets and liabilities,

income and expenses, and the disclosure of information on data of their financial statements. The final results of these transactions and information, when effective in subsequent periods, may differ from these estimates.

The accounting policies and areas that require a greater degree of judgment and use of estimates in the preparation of the financial statements are:

- a. doubtful credits that are initially provided and subsequently entered as a loss when the possibilities of recovery are exhausted;
- b. recoverable value of inventories and fixed and intangible assets;
- c. useful life and a residual value of fixed and intangible assets; and
- d. contingent liabilities provided for following the expectation of success, obtained and measured by the entity's legal counsel.



3.20 Foreign Currency Transaction

The functional currency of DR. RAUL CARNEIRO HOSPITAL ASSOCIATION FOR CHILDHOOD PROTECTION is the Reais, which is the main currency of operations and the environment in which the company operates. For presentation purposes, the financial statements are converted from the functional currency (Reais) to the presentation currency (Dollar) at the closing exchange rates, and average rates (Income Statement for the Year). The translation adjustment was accounted in the Net Equity.

	Dec, 2020	Dec, 2019
Dollar – Closing Exchange Rate	5.1967	4.0307
Dollar – Average Rate	5.2426	3.9443

NOTE 4 – CASH AND CASH EQUIVALENTS

	2020	2019
Cash	5,533	2,355
Checking Accounts	213,258	665,391
Cash Equivalents Financial Investments (*)	3,741,993	2,007,067
TOTAL	3,960,784	2,674,813

(*)	Yield	2020	2019
Bradesco Bank	97% to 100% of CDI	450,280	146,449
Banco do Brasil Bank	100% of CDI	889,580	22,331
Itaú Bank	99% to 100% of CDI	237,990	-
Safra Bank	100% to 101% of CDI	1,238,755	1,332,013
Santander Bank	83% to 100% of CDI	625,150	196,574
Paraná Bank	113% of CDI	96,940	-
XP Investments	100% to 112% of CDI	203,298	309,700
TOTAL FINANCIAL INVESTMENTS		3,741,993	2,007,067

CDI – Interbank Deposit Rate

NOTE 5 – FINANCIAL INVESTMENTS

		2019	2019
Financial Investments (*)		7,788,808	6,044,307
TOTAL		7,788,808	6,044,307
(*)	Yield	2019	2019
Safra Bank	101% of CDI	2,128,965	8.581.220
Santander Bank	102% of CDI	3,915,342	15.781.570
TOTAL FINANCIAL INVESTMENTS		7,788,808	6,044,307

The balance of financial investments now presented was constituted to comply with the provisions of art. 11 Chapter IV of the Association Bylaws, which provides for the establishment of a fund made up of compulsory savings of at least 1% of revenues from the services provided by its operating units, aimed at ensuring the perpetuity of the causes expressed in its object. And, with the express use authorization of the Superior Council and the Board, part of the saved resources can be destined for investments in new fronts of operation, such as the implementation of the Pequeno Príncipe North Teaching and Research Hospital Complex (PPNorth), on land located at Bacacheri district, near the Air Base/Cindacta II.

NOTE 6 – ACCOUNTS RECEIVABLE FROM CUSTOMERS

		2020	2019
Hospital Service Clients		3,366,862	5,486,143
Vaccine Customers		108,798	232,916
Education Customers		763,131	1,264,917
Loss Provision		(538,334)	(888,135)
TOTAL		3,700,457	6,095,841

NOTE 7 – UNREALIZED HEALTH INSURANCE FUNDS (ASSETS) / RESOURCES FROM GRANTS TO BE EXECUTED (LIABILITIES)

This note refers to resources related to parliamentary amendments, transfers, and governmental agreements and tax incentive projects, such as the FIA (Fund for Children and Adolescents), Pronon (National Support Program for Oncological Care), Pronas (National Healthcare Support Program to Persons with Disabilities) and donations from companies and individuals. From the amount of US\$ 7,387,676 (seven million, three hundred eighty-seven thousand and six hundred and seventy-six dollars), the result of a large and organized effort to funding among the community (individuals and companies) and government agencies, US\$ 1,846,919 (one million, eight hundred and forty-six thousand, nine hundred and nineteen dollars), equivalent to 25%, will be invested in investments to modernize buildings and purchase equipment; and US\$ 5,540,757 (five million, five hundred and forty thousand, and seven hundred and fifty-seven dollars), equivalent to 75%, will be invested in the maintenance of the facilities, acquisition of medicines (mainly those of high cost), special materials and other items for hospital consumption, and at the cost of specialized labor, notably at the Research Institute.

We clarify that the use of the funds raised must occur according to the application plan for each funding project and/or agreement. All these projects have plans for a specific application and are the subject of ongoing audits and strict accountability.

NOTE 8 – INVENTORY

	2020	2019
Central Pharmacy	2,111,588	1,368,492
Vaccines	172,266	378,910
Central Warehouse	176,361	110,416
Laboratory and Research Materials (*)	368,863	283,276
Maintenance	12,401	14,153
Other materials	7,738	58,337
TOTAL	2,849,217	2,213,584

(*) Materials used in research (Pelé Pequeno Príncipe Research Institute) and the use of Clinical Analyzes Laboratory.

NOTE 9 – OTHER CREDITS

	2020	2019
Advances for Employees	61,399	101,798
Advances to Suppliers	91,584	104,085
Eunice Weaver Association of Paraná – AEW-PR	219,657	233,348
Anticipated Expenses with Conferences	92,089	87,869
Other Receivables	37,718	40,110
TOTAL	502,447	567,210
Current Assets	410,357	479,341
Non-Current Assets	92,090	87,869
TOTAL	502,447	567,210



NOTE 10 – INVESTMENTS

	Artworks	Shareholding Interest (*)	Total
As of December 31, 2019			
Cost	5,555	25,808	31,363
Net Book Value	5,555	25,808	31,363
Acquisition	100,278	-	100,278
Translation Adjustment	(215)	(998)	(1,213)
FINAL BALANCE	105,618	24,810	130,428
 As of December 31, 2020			
Cost	81,920	19,243	101,163
Net Book Value	81,920	19,243	101,163
Acquisition	674	-	674
Translation Adjustment	-	(19,243)	(19,243)
FINAL BALANCE	82,594	-	82,594

(*) The entity invested in the Pequeno Príncipe Health Organization, which is a Civil Society Organization of Public Interest (OSCIIP, abbreviation in Portuguese), that does not have a corporate structure. Such investment is made using the cost method.



NOTE 11 – LEASES

11.1 Right of Use

Right of Use	Lease (*)	Total
Average Term of Validity of Contracts / Useful Life (Years)	1 to 5	
On December 31, 2019	-	-
Initial Adoption CPC 06	2,576,065	2,576,065
On January 1, 2020	2,576,065	2,576,065
Depreciation	(436,556)	(436,556)
On December 31, 2020	2,139,509	2,139,509

(*) Leases refer to real estate lease contracts used to provide medical, educational and administrative services.

11.2 Leases – Liabilities

Leases - Liabilities	Leases	Net Present Value	Total
On December 31, 2019	-	-	-
Initial Adoption CPC 06	3,036,033	(459,968)	2,576,065
On January 1, 2020	3,036,033	(459,968)	2,576,065
Write-Off	(514,065)	147,270	(366,795)
On December 31, 2020	2,521,968	(312,697)	2,209,270
Current	698,325	(136,053)	562,272
Non-Current	1,823,642	(176,644)	1,646,998



BALANCE SHEET

NOTE 12 – FIXED ASSETS

Description	Land	Buildings and Improvements	Miscellaneous Machinery and Equipment	Hospital Equipment
Depreciation Rate		2.33% to 3.33%	4.55% to 8.33%	7.69%
As of December 31, 2018				
Cost	7,382,291	14,215,538	4,376,496	10,040,577
Accumulated Depreciation	-	(5,386,710)	(1,453,008)	(3,882,594)
NET BOOK VALUE	7,382,291	8,828,828	2,923,488	6,157,983
Acquisition	521,001	7,117	2	52,846
Write-Offs	-	-	-	(387,195)
Transfers	-	-	126,378	1,173,997
Translation Adjustment	(285,533)	(341,482)	(124,157)	(70,106)
Depreciation	-	(450,648)	(358,127)	(815,016)
Depreciation Of Useful Life	-	179,331	95,983	-
Write-offs	-	-	10,007	233,795
FINAL BALANCE	7,617,759	8,223,146	2,673,574	6,346,304
On December 31, 2019				
Cost	7,617,759	13,881,173	4,378,719	10,810,119
Accumulated Depreciation	-	(5,658,027)	(1,705,145)	(4,463,815)
NET BOOK VALUE	7,617,759	8,223,146	2,673,574	6,346,304
Acquisition	-	-	58,366	257,999
Write-Offs	-	(5,520)	(76,076)	(97,183)
Transfers	-	471,758	309,395	1,091,567
Translation Adjustment	(1,709,221)	(1,845,054)	(599,878)	(1,423,941)
Depreciation	-	(347,612)	(263,750)	(614,895)
Depreciation Of Useful Life	-	115,825	(158,240)	(487,702)
Write-offs	-	-	24,224	23,404
FINAL BALANCE	(1,709,221)	(1,610,603)	(705,959)	(1,250,751)
On December 31, 2020				
Cost	5,908,538	12,502,357	4,070,526	10,638,561
Accumulated Depreciation	-	(5,889,814)	(2,102,911)	(5,543,008)
NET BOOK VALUE	5,908,538	6,612,543	1,967,615	5,095,553

Installations	Hospital Furniture and Utensils	Computers and Peripherals	Vehicles	Fixed assets / Works in Progress	Other Fixed Assets	TOTAL
5.88%	7.69% to 9.09%	16.67%	12.50%		10%	
574,604	2,019,094	1,649,087	90,074	4,127,990	398,064	44,873,815
(492,093)	(799,325)	(987,070)	(65,406)	-	(192,591)	(13,258,797)
82,511	1,219,769	662,017	24,668	4,127,990	205,473	31,615,018
-	926	21,906	-	3,579,988	-	4,183,786
-	(44,806)	-	-	(12,004)	(965)	(444,970)
-	472,107	292,938	-	(2,066,545)	253	(872)
136	(47,178)	(59,568)	(954)	(159,664)	(7,949)	(1,096,455)
(10,756)	(169,719)	(221,283)	(8,554)	-	(36,879)	(2,070,982)
-	22,324	22,135	3,658	-	(311)	323,120
-	35,344	32,383	-	-	965	312,494
71,891	1,488,767	750,528	18,818	5,469,765	160,587	32,821,139
574,740	2,400,143	1,904,363	89,120	5,469,765	389,403	47,515,304
(502,849)	(911,376)	(1,153,835)	(70,302)	-	(228,816)	(14,694,165)
71,891	1,488,767	750,528	18,818	5,469,765	160,587	32,821,139
6,419	24,569	36,596	-	3,595,056	-	3,979,005
-	(54,661)	(47,553)	-	-	-	(280,993)
1,308	454,928	290,586	8,936	(2,640,333)	-	(11,855)
(16,130)	(334,040)	(168,398)	(4,222)	(1,227,268)	(36,033)	(7,364,185)
(5,502)	(168,244)	(205,801)	(5,744)	-	(24,350)	(1,635,898)
43,546	510,877	81,378	1,570	-	(620)	106,634
-	34,629	15,747	-	-	-	98,004
29,641	468,058	2,555	540	(272,545)	(61,003)	(5,109,288)
566,337	2,490,939	2,015,594	93,834	5,197,220	353,370	43,837,276
(464,805)	(534,114)	(1,262,511)	(74,476)	-	(253,786)	(16,125,425)
101,532	1,956,825	753,083	19,358	5,197,220	99,584	27,711,851

BALANCE SHEET

Composition of Fixed Assets in Progress:

Description	2020	2019
Sterilization Plant	-	218,767
Partial ICU Cardio Renovation / Modernization	-	38,580
ICU Cardio Renovation	-	35,595
UI Renovation // 5 th floor 52 Station	-	42,758
Renovation and Adaptation for Fire Prevention	276,057	-
Endoscopy Reform	61,140	-
Appam Branch Reform	101,135	-
Ambulatory Reform	55,255	-
Surgical ICU Reform	29,419	-
Renovation and Vitalization of the Suites	106,164	-
Surgical Center Renovation	444,402	484,992
Image Center Renovation	-	67,410
Dental Office Renovation	47,620	-
Pelé Pequeno Príncipe Research Institute Renovation	-	29,444
Other Renovation	58,132	60,518
Improvements in Third-Party Properties	78,907	215,947
Renovation Accessibility in the Building	309,545	59,554
Fixed Asset Acquisitions – Hospital Equipment	799,362	941,065
Fixed Assets (Acquisitions) in Progress	10,783	-
Pelé Collection Formation	52,413	45,175
Projects of economic, financial and environmental feasibility, of architecture / engineering at Bacacheri, for the Pequeno Príncipe North project	2,766,885	3,229,960
TOTAL	5,197,219	5,469,765



NOTE 13 – INTANGIBLE ASSETS

Description	Computer Software and Programs	TOTAL
Amortization Rate	20%	
As of December 31, 2018		
Cost	752,205	752,205
Accumulated Amortization	(717,390)	(717,390)
NET BOOK VALUE	34,815	34,815
Acquisition	42,250	42,250
Translation Adjustment	(1,346)	(1,346)
Amortization	(17,929)	(17,929)
Amortization Useful Life Review	2,955	2,955
FINAL BALANCE	60,745	60,745
On December 31, 2019		
Cost	793,109	793,109
Accumulated Amortization	(732,364)	(732,364)
NET BOOK VALUE	60,745	60,745
Acquisition	12,803	12,803
Transference	11,856	11,856
Translation Adjustment	(13,630)	(13,630)
Amortization	(15,657)	(15,657)
Amortization Useful Life Review	(1,529)	(1,529)
FINAL BALANCE	54,587	54,587
On December 31, 2020		
Cost	804,138	804,138
Accumulated Amortization	(749,550)	(749,550)
NET BOOK VALUE	54,587	54,587

NOTE 14 – SUPPLIERS

	2020	2019
Material and drug suppliers	1,024,279	1,214,027
General material suppliers	287,970	237,931
Suppliers – Goods	20,883	36,276
Prosthesis suppliers	230,811	312,809
Service providers	317,399	384,410
Suppliers – Medical fees	35,701	127,313
Other suppliers	254,035	427,164
TOTAL	2,171,079	2,739,930
Accounts Receivable by currency type		
Dollars (US\$)	2,171,079	2,739,930

BALANCE SHEET

NOTE 15 – BANK LOANS

Bank	Modality	Guarantee	Rate	Currency	Short Term	Long Term	Balance 2020	Balance 2019
Bradesco Bank	Working Capital	Surety	0.95% p.m.	Real	-	-	104,828	
Bradesco Bank	Working Capital	SUS Receivable	8.99% p.y.	Real	-	-	-	411,640
Itaú Bank	Revolving Loan	Surety	0.73% p.m.	Real	-	-	-	1,269,507
Bradesco Bank	Working Capital	Surety	7.31% p.y.	Real	288,956	865,622	1,154,578	-
Bradesco Bank	Revolving Loan	Surety	0.72% p.m.	Real			488,004	
TOTALS					288,956	865,622	1,154,578	2,273,979

Amounts Payable by date

2020	-	2,273,979
2021	288,956	-
2022	480,763	-
2023	384,859	-
TOTAL	1,154,578	2,273,979

The book values of the loans are recognized on a pro-rata basis.

NOTE 16 – SOCIAL OBLIGATIONS

	2020	2019
Wages and Salaries Payable	1,154,943	1,707,693
Payable Social Charges	289,912	448,649
Charges and Vacation Provision	2,092,813	2,716,392
TOTAL	3,537,668	4,872,734

NOTE 17 – DEFERRED REVENUE

	2020	2019
Banking Post Revenue	404,102	-
Revenue from Hemobank	179,601	-
TOTAL	583,703	-
Current	99,101	-
Non-Current	484,602	-
TOTAL	583,703	-

The entity has contracts with a financial institution to provide a place for a bank office on its premises and with the Instituto Paranaense de Hemoterapia e Hematologia – Hemobanco (in Portuguese), both with a period of 60 months, thus the revenue was deferred for the term of said contracts.

NOTE 18 – PROVISION FOR CONTINGENCIES

The entity holds provisions for labor, tax and civil contingencies whose likelihood of loss was evaluated as “probable” risk of US\$ 2,640,222 (two million, six hundred and forty thousand, two hundred and twenty-two dollars) and part of the amount of US\$ 4,331,882 (four million, three hundred and thirty-one thousand, eight hundred and eighty-two dollars) classified as “possible” by the legal counsel. The administration has the assumption to perform the accounting registry of 100% of the probable causes and 50% of possible causes, totaling the amount of US\$ 4,806,163 (four million, eight hundred and six thousand, one hundred and six--three dollars), which are considered satisfactory to cover possible losses on lawsuits.

	2020	2019
Labor Contingencies	57,522	346,856
Civil Contingencies	1,696,846	1,772,087
Tax Contingencies	885,854	1,223,927
Total Probable Contingencies	2,640,222	3,342,870
 Labor Contingencies	 1,768,270	 2,779,089
Civil Contingencies	2,563,612	3,381,764
Total Possible Contingencies	4,331,882	6,160,853
 Total Probable/Possible Contingencies	 6,972,104	 9,503,723
 Booked		
Probable Contingencies	2,640,222	3,342,870
Possible Contingencies	2,165,941	3,080,426
TOTAL	4,806,163	6,423,296
 Escrow Account		
 Net Effect	 4,806,163	 6,239,053

100% of contingencies have been accounted for the year 2020 as probable loss and 50% as possible, as reported by the legal counsel.



NOTE 19 – NET EQUITY

The entity's net equity is represented by equity of US\$ 26,856,179 (twenty-six million, eight hundred and fifty-six thousand, one hundred and seventy-nine dollars) with an accumulated surplus balance of US\$ 7,490,603 (seven million, four hundred and ninety thousand, six hundred and three dollars) and valuation adjustments on assets of US\$ 12,191,078 (twelve million, one hundred ninety-one thousand, seventy-eight dollars).

The aggregate surplus balance shall be made available to the Board for allocation.

NOTE 20 – NET OPERATING REVENUE

	2020	2019
Healthcare Revenues	34,616,128	47,604,922
Public Health System - SUS	14,439,677	16,816,622
Health Insurance	19,097,094	29,923,295
Individuals	1,079,357	865,005
Education Revenue	12,422,247	14,219,380
Tuition	12,288,465	13,760,834
Other Revenues	133,782	458,546
Use of Funds Raised	10,857,736	13,014,086
Social Grants	6,144,783	7,765,516
Private Initiative Campaigns	4,712,953	5,248,571
Gross Operating Revenue	57,896,111	74,838,389
Health Insurance Deductions	(530,394)	(865,919)
Gratuities Granted	(1,905,292)	(2,624,663)
Scholarships	(1,198,046)	-
(-) <i>Deductions from Revenue</i>	<i>(3,633,732)</i>	<i>(3,490,582)</i>
Net Operating Income	54,262,379	71,347,807

NOTE 21 – HEALTH INSURANCE DEDUCTIONS

The deductions are recorded monthly, in compliance with the accrual basis, and result from the non-payment by health and medical insurance companies of amounts referring to procedures, medications, materials, and fees applied for patient care.

In 2019, a total of US\$ 865,917 (2.89%) in deductions was registered for a gross of US\$ 29,923,295 relative to Health Insurance.

In the year 2020, for a gross of US\$ 19,097,094, deduction of US\$ 530,393 were recorded, representing 2.78% of revenue. Such a good improvement in performance is due to the continued management and improvement in billing processes, involving the whole internal structure.

NOTE 22 – OPERATING EXPENSES

22.1 General Administrative Expenses

	2020	2019
Depreciation and Amortization (i)	1,632,474	1,592,667
General Administrative Supplies	746,201	785,010
Professional Services – Legal Entities	1,356,561	2,247,923
Professional Services – Individuals	213,996	197,082
Marketing Administration	203,548	689,147
Water / Electricity / Telephone / Gas	426,274	597,758
Bad Debt Expenses	148,884	387,083
Provision for Losses in Legal Proceedings	247,749	639,455
Property and Equipment Leasing	467,029	641,861
Other General Administrative Expenses	625,041	1,477,029
TOTAL	6,067,757	9,255,015

(i) Due to the limitation of the integrated management system (MV), where depreciation and amortization between costs and expenses are not segregated, depreciation is fully recognized under general administrative expenses.

22.2 Other Revenue (Expenses)

	2020	2019
Revenue from Property Leasing	32,090	63,439
Parking Revenue	29,775	42,254
Revenue from Internship Agreements	344,565	426,845
Clinical Research Revenues	192,004	429,157
Other Operating Income	306,143	97,321
Fixed Assets Write-Off Cost	(15,252)	(168,900)
TOTAL	889,325	890,116

NOTE 23 – FINANCIAL INCOME AND EXPENSES

Financial Income	2020	2019
Income from Financial Investments	201,054	404,161
Discounts	111,973	93,557
Interest Received	53,893	227,157
TOTAL FINANCIAL INCOME	366,920	724,875
Financial Expenses		
Interest Paid / Discounts Granted	(108,673)	(74,108)
Banking Fees and Commissions	(81,603)	(119,203)
Bank Loans Charges	(99,638)	(217,781)
TOTAL FINANCIAL EXPENSES	(289,914)	(411,092)
NET FINANCIAL RESULT	77,006	313,783

NOTE 24 – ANNUAL PROVISION OF SERVICES TO SUS

The provision of health services during the year 2020 was severely affected by the COVID-19 pandemic, which forced the regulatory bodies to change the rules for patient care, especially about surgeries and other elective procedures.

To deal with this situation, federal legislation, especially Law 14,123/2021, extended until 12/31/2020 the suspension of the obligation to maintain the quantitative and qualitative goals contracted by health service providers within the scope of the Public Health System (SUS).

NOTE 25 – APPLICATION OF RESOURCES FOR SCHOLARSHIPS

25.1 Statement of Compliance to Minimum Full Scholarships

In compliance with Article No. 13 of Law 12,101/09 (higher education) and Article No. 11 of Law No. 11,096/05 (higher education), the institution granted one full scholarship for each nine paying students in the year 2020, as shown below:

Undergraduate and Sequential Courses	Amount 2020	Amount 2019
Students enrolled in undergraduate and sequential courses	1,159	1,217
Paying students in undergraduate and sequential courses	930	974
Required students (1 to 9 ratio)	103	108
Students under Prouni scholarship	269	295
Students under full scholarship – institutional	16	12

25.2 Application in Scholarships in Compliance to Law 12,101/09

Higher Education	Quantity 2020	Values (US\$) 2020	Quantity 2019	Values (US\$) 2019
Number of students enrolled	1,159	11,421,148	1,217	12,686,492
100% Prouni scholarships	213	1,815,398	231	2,017,162
50% Prouni scholarships	56	89,895	64	140,436

In addition to legal gratuities as demonstrated above, in 2020 the amount of US\$1,198,046 was granted for scholarships (US\$437,660 in 2019) as an incentive to the technical and scientific development of healthcare professionals, mostly employees of the Pequeno Príncipe Complex.

NOTE 26 – EXEMPTIONS

In 2020, the DR. RAUL CARNEIRO HOSPITAL ASSOCIATION FOR CHILDHOOD PROTECTION obtained tax exemptions in the total amount of US\$ 11,068,437, distributed as follows:

SUMMARY OF EXEMPTIONS BY INSTITUTION 2020

	HPP ⁽¹⁾	CEVA ⁽²⁾	FPP ⁽³⁾	IPP ⁽⁴⁾	TOTAL
IRPJ	1,924,539	-	-	-	1,924,539
CSLL	694,482	-	-	-	694,482
INSS	4,593,860	26,947	845,598	136,517	5,602,922
COFINS	562,283	43,011	372,667	-	977,961
PIS	287,075	10,288	111,162	4,910	413,435
IPTU	96,465	-	-	-	96,465
ISS	1,038,504	71,685	248,444	-	1,358,633
TOTAL	9,197,208	151,931	1,577,871	141,427	11,068,437

(1) HPP – Pequeno Príncipe Hospital;

(2) CEVA – Pequeno Príncipe Vaccine Center;

(3) FPP – Pequeno Príncipe College; and

(4) IPP – Pelé Pequeno Príncipe Research Institute

NOTE 27 – VOLUNTARY WORK

The cost of volunteer work was estimated by the Association based on the values practiced by the market for the activities carried out by the volunteers, as shown below:

VOLUNTARY WORK

Year	Total hours	Amount
2019	13,469	128,457
2020	5,694	54,305



NOTE 28 – INSURANCE COVERAGE

On December 31, 2020, the DR. RAUL CARNEIRO HOSPITAL ASSOCIATION FOR CHILDHOOD PROTECTION had insurance policies hired with the country's insurers to cover various risks, fire, and theft for buildings, vehicles, and equipment. The administration believes that the insurance coverage amount is sufficient to cover possible damages to its facilities and property.

NOTE 29 – FINANCIAL INSTRUMENT – RISK MANAGEMENT

Financial Instruments

The main financial instruments of the entity are cash and cash equivalents, financial investments, accounts receivable, loans and financing and suppliers. The market values of these financial instruments as of December 31, 2020 and 2019 do not differ substantially from those recorded in the financial statements.

Derivative Financial Instruments

The entity does not use derivative financial instruments.

On December 31, 2020	Financial Assets At Amortized Cost	Others Liabilities	Total
Financial Assets			
Cash Equivalents	3,960,784	-	3,960,784
Financial Investments	7,788,808	-	7,788,808
Accounts Receivable from Customers	3,700,457	-	3,700,457
TOTAL	15,450,049	-	15,450,049
Financial Liabilities			
Suppliers	-	2,179,079	2,179,079
Bank Loans	-	1,154,578	1,154,578
TOTAL	-	3,325,657	3,325,657

On December 31, 2019	Financial Assets At Amortized Cost	Others Liabilities	Total
Financial Assets			
Cash Equivalents	2,674,813	-	2,674,813
Financial Investments	6,044,307	-	6,044,307
Accounts Receivable from Customers	6,095,841	-	6,095,841
TOTAL	14,814,961	-	14,814,961
Financial Liabilities			
Suppliers	-	2,739,930	2,739,930
Bank Loans	-	2,273,979	2,273,979
TOTAL	-	5,013,909	5,013,909



The entity reviewed the main financial assets and liabilities, as well as the criteria for their valuation, evaluation, classification and the risks related to them, which are described below:

- a. receivables: the amounts of cash and bank deposits for free movement and accounts receivable whose recorded amounts approximate realization, on the balance sheet date, are classified as receivables;
- b. other financial liabilities: loans and financing, suppliers and other current liabilities are classified in this group. Loans and financing are classified as financial liabilities not measured at fair value, and are recorded at their contractual amounts.
- c. fair value: the fair values of financial instruments are equal to their book values.
- d. risk management of financial instruments: management control the exposure to interest rate, credit and liquidity risks in its operations with financial instruments within a global policy of its business.

Interest rate risks

The objective of the interest rate management policy of the company is minimizing the possibilities of losses for fluctuation in the interest rate which increase the financial expenses related to borrowings collected in the market.

The entity constantly monitors the interest rates aiming at evaluating the occasional need of hiring operations to protect against the volatility risk of those rates and adopts a cautious policy of collection and application of its financial resources, excelling in the equivalence of indexers.

Credit risk

The entity's customers base shows a certain degree of concentration in some main clients. Through internal controls, the entity permanently monitors the submission of invoices and other information to agreements, which limits the risk of bad debts. Management records a bad debt for losses considered probable.

NOTE 30 – SEGMENT REPORTING

The Dr. Raul Carneiro Hospital Association for Childhood Protection operates in the following segments:

HPP – Pequeno Príncipe Hospital;
 CEVA – Pequeno Príncipe Vaccine Center;
 FPP – Pequeno Príncipe College; and
 IPP – Pelé Pequeno Príncipe Research Institute.

	HPP	CEVA	FPP	IPP	Not Separated by Segment	Total
On December 31, 2019						
Assets	-	-	-	-	60,857,693	60,857,693
Liabilities	-	-	-	-	60,857,693	60,857,693
Net Operating Revenue	56,985,191	2,767,900	11,594,716	-	-	71,347,807
Cost of Services Provided	(33,426,265)	(2,278,930)	(4,662,419)	(2,022,087)	-	(42,389,701)
Gross Profit	23,558,926	488,970	6,932,297	(2,022,087)	-	28,958,106
Operational Expenses	-	-	-	-	(22,378,322)	(22,378,322)
Financial Income / Expense	-	-	-	-	313,783	313,783
SURPLUS FOR THE YEAR	47,117,852	977,940	13,864,594	(4,044,174)	(22,064,539)	6,893,567

	HPP	CEVA	FPP	IPP	Not Separated by Segment	Total
On December 31, 2020						
Assets	-	-	-	-	56,180,716	56,180,716
Liabilities	-	-	-	-	56,180,716	56,180,716
Net Operating Revenue	43,509,780	1,433,690	9,318,909	-	-	54,262,379
Cost of Services Provided	(24,544,076)	(1,102,381)	(3,596,853)	(1,074,505)	-	(30,317,815)
Gross Profit	18,965,704	331,309	5,722,056	(1,074,505)	-	23,944,564
Operational Expenses	-	-	-	-	(16,663,068)	(16,663,068)
Financial Income / Expense	-	-	-	-	77,006	77,006
SURPLUS FOR THE YEAR	99,429,600	1,736,918	29,998,449	(5,633,200)	(86,954,082)	7,358,502

NOTE 31 – COVID-19

With the declaration of the COVID-19 pandemic by the World Health Organization (WHO), the Association adopted all the protective measures determined by regulatory organs and supervisory bodies, such as the cancellation of elective hospital surgeries and procedures, in addition to implementing hundreds of other actions aimed at the best protection of its patients, clinical staff and staff.

Among the measures adopted is the voluntary installation of the COVID-19 Strategic Outpatient Clinic, with the mission of promoting the testing of employees, assistance and monitoring of positive or suspected cases and records and formation of a database for possible future use. A distribution center for specific PPE was also created, as well as monitoring and cleaning of critical areas, restriction of visits of any nature, trips, meetings and corporate events.

Despite the restrictions on elective procedures, the result of the 2020 fiscal year was better than that of 2019, caused by the increase in revenues from the SUS, the education area, the use of funds raised, and the actions aimed at reducing costs and expenses.

For 2021, the Association will keep the close monitoring of the pandemic and its possible consequences and, in addition to maintaining and increasing the measures in force, in particular those aimed at telemedicine, and also the search for alternative actions to mitigate the impacts of the crisis.

Ety da Conceição Gonçalves Forte
President
CPF 819.422.739-91

José Álvaro da Silva Carneiro
Corporate Director
CPF 010.153.039-00

Carlos Antonio da Fonseca
Accountant CRCSP 135796/0-O SPR
CPF 039.127.858-48



INDEPENDENT AUDITOR'S REPORT ON THE FINANCIAL STATEMENTS

*To the Directors and Partners of the
DR. RAUL CARNEIRO HOSPITAL ASSOCIATION FOR CHILDHOOD PROTECTION*

Curitiba – state of Paraná

Opinion

We have examined the financial statements of DR. RAUL CARNEIRO HOSPITAL ASSOCIATION FOR CHILDHOOD PROTECTION ("entity") encompassing the balance sheet on December 31, 2020, and the respective statements of income, changes in equity and cash flows for the period ended on that date, as well as the corresponding explanatory notes, including the summary of the main accounting policies.

In our opinion, the accompanying financial statements give a true and fair view, in all relevant aspects, of the equity and financial position of DR. RAUL CARNEIRO HOSPITAL ASSOCIATION FOR CHILDHOOD PROTECTION, on December 31, 2020, the performance of its operations and its respective cash flows for the period then ended, in accordance with the accountancy practices adopted in Brazil and with the International Financial Reporting Standards (IFRS) issued by the International Accounting Standards Board (IASB) and to non-profit entities (ITG 2002 R1).

Basis for opinion

Our audit was carried out according to the Brazilian and international audit standards. Our responsibilities, in compliance with those standards, are described in the following section "Responsibilities of the auditor for the audit of the financial statements". We are independent from the company, according to the relevant ethical principles established in the Accountant Professional Ethics Code and in the pro-

fessional standards issued by the Federal Accounting Council, and we fulfill the other ethical responsibilities according to those standards. We believe that the obtained audit evidence is enough and appropriate to substantiate our audit opinion.

Other subjects

The financial statements ended December 31, 2019, presented comparatively, were audited by us as opinion issued on May 29, 2020, without reservations.

Management's and governance's responsibility for the financial statements

The management is responsible for the drawing up and proper presentation of the financial statements according to the accountancy practices adopted in Brazil and according to non-profit entities (ITG 2002 R1), as well as for the internal controls which it deemed necessary to allow the preparation of these financial statements free of relevant misstatement, no matter if caused by fraud or error.

In the preparation of the financial statements, the administration is responsible for the evaluation of the company's capacity to continue operating, announcing, when applicable, the subjects related to its business continuity and the use of this accounting base in the preparation of the financial statements, unless the management intends to wind up the entity or cease its operations, or it does not have any realistic alternatives to avoid the end of the operations.

The people in charge of the company's governance and its subsidiaries are those responsible for the supervision of the financial statement preparation process.

Responsibilities of the auditor for the audit of the financial statements

Our objectives are to obtain reasonable assurance that the financial statements, considered as a whole, are free from material misstatement, whether due to fraud or error, and to issue an audit report that includes our opinion. Reasonable assurance is a high level of assurance but is not a guarantee that an audit conducted in accordance with the Brazilian and international audit standards will always detect a material misstatement. The misstatements can arise from fraud or error, and are considered material when, individually or in aggregate, they could reasonably be expected to influence the economic decisions of users taken on the basis of the referred financial statements.

As part of the audit, carried out according to the Brazilian and international audit standards, we exercise a professional judgment and maintain professional skepticism along the audit. Furthermore:

- » we identified and evaluated the risks of material misstatement of the financial statements, whether due to fraud or error, design and perform audit procedures in response to those risks and obtained audit evidence that is sufficient and appropriate to provide a basis for our opinion. The risk of not detecting a material misstatement resulting from fraud is higher than for one resulting from error, as fraud may involve collusion, forgery, omission or intentional misrepresentation, or the override of internal control;
- » we obtained understanding of the internal controls relevant to the audit in order to design audit procedures that are appropriate in the circumstances, but not the purpose of expressing an opinion on the effectiveness of the company's internal controls;

- » we evaluated the appropriateness of the accounting policies used and the reasonableness of the accounting estimates and related disclosure made by management.
- » we concluded on the appropriateness of management's use of the going concern basis of accounting and, based on the audit evidence obtained, whether a material uncertainty exists related to events or conditions that may cast significant doubt on the company's ability to continue as a going concern. If we conclude that a material uncertainty exists, we are required to draw attention in our auditor's report to the related disclosures in the financial statements or, if such disclosures are inadequate, to modify our opinion. Our conclusions are based on the audit evidence obtained up to the date of our auditor's report. However, future events or conditions may cause the company to cease to continue as a going concern;
- » we evaluated the overall presentation, structure and content of the financial statements, including the disclosures, and whether the financial statements represent the underlying transactions and events in a manner that achieves fair presentation;

We communicated with those charged with governance regarding, among other matters, the planned scope, the timing of the audit and the significant audit findings, including any significant deficiencies in the internal controls that we identified during our works.

Curitiba (state of Paraná), May 24, 2021.

CARLOS ALBERTO FELISBERTO
Accountant CRC (PR) nº 037293/0-9

MARTINELLI AUDITORES
CRC (SC) nº 001.132/0-9



*“We are here for you. Stay at home for us.”

O Complexo Pequeno Príncipe nasceu pelas mãos da comunidade e continua existindo para servi-la, contando sempre com o apoio dos três setores da sociedade. É uma organização não governamental, filantrópica, mantida pela Associação Hospitalar de Proteção à Infância Dr. Raul Carneiro, que reinveste nas atividades de assistência, ensino e pesquisa todo o resultado obtido.

Pequeno Príncipe Complex was born by the hands of the community and still exists to serve it, always counting on the support of the three sectors of society. It is a non-governmental, philanthropic organization, maintained by Dr. Raul Carneiro Hospital Association for Childhood Protection, which reinvests in healthcare, teaching and research activities all the results achieved.



ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA DR. RAUL CARNEIRO
HOSPITAL PEQUENO PRÍNCIPE. HOSPITAL DE CRIANÇAS CÉSAR PERNETTA
FACULDADES PEQUENO PRÍNCIPE
INSTITUTO DE PESQUISA PELÉ PEQUENO PRÍNCIPE
Atendendo crianças desde 1919

Rua Desembargador Motta, 1.070 • Curitiba . PR . Brasil • CEP: 80.250-060
telefones: + 55 41 2108.3880 • + 55 41 3310.1722 • fax: + 55 41 3310.1241
e-mail: novosprojetos@hpp.org.br • site: www.pequenoprincipe.org.br

A impressão do Relatório de Atividades 2020
do Complexo Pequeno Príncipe contou
com o apoio da Gráfica Hellograf
The printing of this report was enabled by Gráfica Hellograf



Hellograf
gráfica & editora
www.hellograf.com.br